

**Actas de Seminário “O Futuro não pode começar”
Núcleo de Estudos de Sociologia
Universidade do Minho
Maio de 2005**

Título: **Actas de Conferência “O Futuro não pode começar”**

Organizadores: Emília Rorigues Araújo

Edição: Núcleo de Estudos de Sociologia da Universidade do Minho,
Campus de Gualtar, 4710-057 Braga

Preço: 5,00 €

Design e Impressão: Sublinharte, Lda. – Agência de Comunicação
Rua José Maria Ottoni, 3 – 4715-309 Braga
Tel: 253 679613 • Fax: 253 679 614
e-mail: info@sublinharte.com • www.sublinharte.com

Tiragem: 500 exemplares

ISBN:

Índice

EMÍLIA RODRIGUES ARAÚJO

O Conceito de Futuro 7

BÁRBARA ADAM

Futures in the Making: Social Theory Perspectives and Methodological
Elements 49

O CONCEITO DE “FUTURO”*

Emília Rodrigues Araújo¹

“A existência do futuro e do passado só existe na mente do ser que vive o presente, pois o passado já não é, pois se fosse, não seria passado, mas presente. O futuro ainda não é, pois se fosse seria presente e não futuro. Passado e futuro não são” (Stº Agostinho).²

Introdução

Porque o passado e o futuro *são*, há um ponto de acordo no pensamento ocidental sobre esta questão: apesar de distinções relevantes em termos culturais, quase não seríamos capazes de viver sem memória do passado, uma orientação para o presente e o sentido de devir (Chesneaux, 2004:94). Com rasgos etnocêntricos a trespassar o raciocínio, podemos afirmar que questionar o futuro corresponde a interrogarmo-nos não apenas sobre o que fomos e o que somos mas também sobre o que seremos, considerando que grande parte desse futuro está já determinada no tempo presente e no passado, tempos entendidos em Sociologia como horizontes temporais, isto é, como perspectivas em relação às quais orientamos a acção.

De um ponto de vista mais *fenomenológico*, isto é, a partir dos sentidos que os próprios indivíduos atribuem à experiência, tanto o passado como o futuro são constantemente presente. O que somos agora resulta da convergência entre o percurso e memória relativos ao passado e a projecção no futuro. Diariamente “puxamos” esse futuro ao presente, antecipando-o, programando-o. Ora, é normal que quando pensemos em “futuro” pensemos realmente na possibilidade de dominar esse tempo através da previsão, garantindo que somos capazes de, com base num *stock* acumulado de saber sobre o passado, antecipar e, de certo modo, assegurar o futuro. Embora tal se verifique de forma distinta de classe social para classe social e de sociedade para sociedade, os actores fazem isso constantemente no dia-a-dia, ganhando o sentido de existência. Também as famílias o fazem, regendo-se pela necessidade de, na edu-

¹ Departamento de Sociologia da Universidade do Minho

² Júnior, Orlando Mashal, o “tempo – distensão da alma humana – uma investigação sobre o tempo em Agostinho de Hipona” disponível em: www.persocom.com.br/orlando/ [6 Junho, 2005].

cação dos seus filhos, acenarem a necessidade de programar e de planejar o futuro, numa perspectiva basicamente de tipo linear.

Numa altura em que há uma tendência para classificar as sociedades de hoje como imediatistas, ruidosas, virtuais e icónicas dominadas pelo presente, a conferência internacional “o futuro não pode começar”, inserta na área específica da sociologia do tempo, centrou-se na reflexão sobre a importância que este horizonte tem na nossa vida quer enquanto indivíduos quer enquanto sociedade dando-lhe, assim, um estatuto de objecto no sentido pleno.

A conferência a que se referem estas actas e que parte de um artigo célebre escrito pelo sociólogo alemão Niklas Luhmann na década de 70 do século XX com o mesmo título, trouxe à universidade do Minho uma das especialistas da actualidade sobre o conceito de tempo, a professora Barbara Adam, da Universidade de Cardiff. Esta, juntamente com o investigador português, professor Manuel Villaverde Cabral, discutiu as opções metodológicas e epistemológicas a tomar no sentido de entender e de estudar o futuro invertendo um dos sentidos essenciais da ciência positivista: o futuro não é uma simples decorrência do presente e do passado, mas uma causa do próprio presente.

Não vou escrever em específico sobre cada uma das conferências, pois estas encontram-se no presente livro de actas. Apenas pretendo contribuir para clarificar o conceito de futuro relacionando-o, em particular, com a representação de tempo do tipo linear e causal. Para esclarecer esta minha apresentação, focalizo-me em alguns processos de mudança verificados em diversas esferas do social. Assim, divido a exposição em cinco pontos principais. Em primeiro lugar, adianto algumas perspectivas de interpretação do futuro que passam pela necessidade de destrinçar os sentidos do estatuto fornecido a um objecto tempo cuja principal particularidade é ser dinâmico. Discuto neste ponto a necessidade de repensar, para o contexto da Sociologia contemporânea, o cepticismo pressuposto relativamente à tomada em consideração de objectos que, dizendo respeito a processos e não a “coisas” estritamente delimitadas, são reais nas suas implicações e consequências. No ponto dois pretendo mostrar que se inicialmente o futuro emerge uma categoria de análise do progresso, sendo considerado como um *ponto situado* numa linha temporal definida pelo Iluminismo, perde progressivamente essa ligação forte com a linearidade, à medida que a aceleração temporal comprime os diversos horizontes, fazendo com que o futuro se desligue gradualmente do tempo cronológico linear (Baptista Pereira, 1990 e Kosselleck, 2002).

Considerando, todavia, o conflito emergente entre linearidade e *não-linearidade*, procuro falar no ponto seguinte especificamente em *horizonte temporal* de modo a apresentar as principais conclusões acerca da experiência individual do tempo provindas da fenomenologia e do interaccionismo simbó-

lico. No quarto ponto insiro a temática abordada no âmbito dos estudos sobre as classes pretendendo destacar, posteriormente algumas diferenças nos modos de perceber e de orientar as acções ligadas ao género. Menciono no ponto cinco a relação entre a representação do futuro e a *individualização*. Para finalizar a exposição, introduzo alguns dados relativos a um inquérito por questionário realizado a docentes de duas universidades portuguesas entre Junho e Setembro de 2003.

1. Um objecto real sem realidade

A teoria sociológica obriga-nos, por via de um esforço metodológico racional, a precaver-nos contra a *reificação*, a tratar as coisas como coisas e os seres como seres que, por o serem, são agentes e também actores tanto na experiência fenomenológica de suas vidas, como na experiência histórica, isto é, na praxis. Semelhantes são os conselhos metodológicos que valem para orientar a definição de “realidade”, pois pretende-se que esta seja, acima de tudo, o que os mesmos actores forem capazes de denominar no presente. De uma e de outra forma, os objectos de investigação tomam-se mais correctamente por coisas delimitadas pela sua “realidade”. Ocorre, todavia, que estes dois pilares metodológicos, ainda que continuem sendo absolutamente necessários na prática sociológica, carecem de alguma relativização, sobretudo quando a frieza do crescendo de imaterialidade nas nossas vidas nos obriga, de facto, quer enquanto cidadãos quer como investigadores, a lidar com “realidades” assim designadas porque produzem efeitos apesar de não materiais, coisas passíveis de definição, de circunscrição teórico-metodológica. Mas, dando forma um outro tipo de linguagem, existem na “realidade” como discursos, produzindo efeitos também como discursos. Todavia, são veiculados por actores que pretendem dar contornos dinâmicos e algo fluidos a uma “realidade” primária que é móvel, volátil e dinâmica.

Assim, concebendo que há limites inultrapassáveis para o construtivismo, já que algo precise à formulação e à construção teóricas, parece ser fundamental entender que também em Sociologia nos confrontamos com a necessidade de estudar o que não é objectivamente fixo num tempo e num espaço, o que, até pela sua ausência de tratamento empírico anterior, pode, de facto, parecer ser “inexistente”. Para isso, é necessário contrariar a negação de que esses objectos ou se situam fora do ângulo de visão da análise sociológica ou são reificados e, donde, elevados aos estatutos de personagens ilegítimas no espaço da análise sociológica. Como referi acima, a Sociologia possui referenciais metodológicos incontornáveis ainda no plano da sua absoluta necessidade

prática. Mas, face ao que decorre da *virtualização* crescente dos nossos mundos, isso não pode significar a recusa ou o menosprezo dos objectos-processos que, além de não conterem a fixidez dos objectos “tradicionais” da Sociologia, se referem a realidades que, sendo desconhecidas, são reais nas suas consequências sociais e humanas, em geral. Decorre, assim, que, por um lado, se aborde com mais pormenor o sentido da *reificação* e que, por outro, se abra, de facto, a porta ao estudo dessa espécie de desconhecido com rosto que não é nem utopia, nem idealismo nem especulação porque toca, de facto, a experiência concreta.

Com estas duas últimas afirmações abro justamente a porta para deixar entrar o horizonte temporal mais temido mas que também mais força de atracção exerce sobre os imaginários colectivos e sobre as identidades: o futuro. Tratável à distância que o separa o presente como um tempo “aí”, o futuro é uma das dimensões nas quais se decompõe o tempo social englobante. Mas é igualmente um desses objectos voláteis cuja “realidade” se dissemina entre o passado e o próprio presente. Dir-se-ia que todas as sociedades produziram imaginários e discursos sobre o “seu” futuro. *Mediums*, bruxos e videntes foram esse elo de ligação com um vácuo desconhecido que provoca, no mínimo, incerteza deixando operar primeiro, as forças premonitoras da religião e da magia e, em seguida, da política, muito particularmente da económica. Não só se escreveram cartas ao futuro reificado, como também se fazem vaticínios espalhados por toda a gama de saberes científicos e artísticos sobre o futuro. Em todos eles, do cinema à literatura, passando pela ciência política indo até à física teórica, o futuro é plenamente consistente enquanto algo real ainda que invisível, ainda que enigmático.

Só conseguimos pensar o tempo e sentir que este “passa” porque possuímos a capacidade de discernir o *antes*, o *agora* e o *depois*, a nível individual (Fraisse, 1964) e colectivo. É um facto que esse futuro como coisa distendida (desligada) do presente é algo historicamente recente, situa-se nos alvares do século XIX. Até aí o futuro é, acima de tudo, um tempo que “há-de-vir”- a “forma temporal” que melhor materializa o sentido do *devir* histórico (social e natural) e individual. Sugere-se, como Reihart Kosseleck (2002:111), que o futuro, antes da ruptura Iluminista quando aparece como suporte do progresso, era representado como um tempo que não traria nada de verdadeiramente novo. Mas, quando o conhecimento armazenado e tratado do passado, juntamente com as metodologias de projecção e de prevenção, entretanto beneficiadas pela Ciência, asseguram mais capacidade aos actores para prever, projectar e programar, essa orientação para o devir amplo, fluído e incerto dá lugar à criação de uma forma temporal *situada* para lá do presente e que funciona

como alvo em direcção ao qual os indivíduos e os grupos orientam a acção e procuram a justificação para a sua existência.

Neste plano, o futuro, como horizonte temporal a partir do qual se subtrai o presente, ainda que comporte sempre um grau de incerteza, representa-se como algo que existe num tempo especializado “af”. O futuro é, de facto, “algo” que está para além do agora mas que se sabe situado numa espécie de linha temporal que progride em frente, sulcando o desconhecido (Kosseleck, 2002:120). Pelo facto de o futuro representar, nesta perspectiva, a possibilidade de se ser algo de novo (Kosseleck, 2002:120), diferente do presente, a emergência e a absoluta importância do futuro estão associadas a dois princípios fundamentais da “modernidade” ligados ao progresso³: a causalidade e a linearidade. Tal como afirma Miguel Baptista Pereira (1990:86) “(...) o progresso é a lei serial segundo a qual todo o estado ulterior supera o precedente segundo os critérios da própria técnica (...)”.

Do ponto de vista histórico, falando tanto de práticas como de representações, e tal como evidenciado pela metáfora usada em parte por Niklas Luhmann em 1976, o futuro não é algo que surge de forma independente e autónoma. Herda os fios do passado e do presente sendo algo que estando “af”, se considera *causado* apenas pelo tempo anterior (passado e presente). Também na perspectiva do estudo e da crítica do mundo, isto é, da parte dos cientistas e sociais incluídos, o futuro é algo que só se torna analisável como consequência ou efeito do presente, pois ainda que seja tido como inevitável, dá forma a substâncias desconhecidas, não sendo possível isolá-lo mas tão só inferi-lo e, quando muito, prevê-lo (ou projectá-lo) a partir das certezas disponíveis sobre o passado⁴.

Ademais do carácter causal, o futuro é literalmente situado numa linha temporal cuja grande particularidade é “seguir em frente”, progredir sem nunca tocar o ponto de origem, isto é, sem se cerrar em círculo. Essa linha será, porventura, a marca mais profunda da civilização ocidental e, sem pretensão a este nível, poderíamos dizer que é em redor dessa sua imponente que circulam as grandes questões político-ideológicas das sociedades contemporâneas. A socialização garante-nos a aquisição de visões do mundo e de orientações de

³ O progresso é um foco de análise específica na Sociologia, na História e na Filosofia. A sua centralidade advém, justamente, do carácter político e ideológico que o mesmo comporta muito especificamente no que diz respeito à sua relação com a luta de classes decorrida da necessidade de definir quais os actores com papel relevante na mudança histórica.

⁴ Repare-se que esta representação do futuro “af” que decorre a partir do presente está até aos anos 70 do século XX muito ligada ainda ao conhecimento do passado, pelo que além da programação, é a previsão que adquire maior relevância, sendo possível verificar uma justaposição entre a representação como algo de completamente novo (progresso) e a representação do futuro como uma espécie de réplica do mesmo passado tipicamente relacionada com as temporalidades não industriais. Neste ponto considera-se que a tradição cristã se conjuga com o próprio “código de princípios” aberto pela modernidade.

vida (do dia-a-dia e biográfica) completamente embebidas nesse princípio de raiz religiosa pelo qual tanto a vida individual (existencial) como a vida colectiva (histórica) se tomam como processos desencadeados num tempo altamente sequenciado entre um antes, um “agora” e um “depois”. A experiência dos indivíduos e a *praxis* desenrolam aí num sentido irreversível. A socialização com a linha (nos dois sentidos enunciados acima) é fundamental para que os indivíduos e as sociedades, no seu todo, possuam sentidos de direcção, sejam capazes de ultrapassar as barreiras dos passados e dos presentes concretos, estejam aptos para gerir o imprevisível sendo, contudo, sagazes na antecipação, isto é, na diluição desse mesmo futuro no presente em prol da sustentação da segurança.

Ora, possuir sentido de direcção, ser capaz de antecipação e de prevenção são qualidades que implicam, notoriamente, uma atitude de gestão do tempo, isto é, dos intervalos que se geram na sequência das acções. Justamente porque nem todas as sociedades no plano macro nem todos os indivíduos no plano micro agem exactamente a mesma forma e ao mesmo tempo, a posição ocupada por cada um deles vai ser distinta. Tal mostra, mais claramente, como a mudança precisa de tempo no qual se situam as sociedades e os indivíduos e os seus estados de evolução e de adaptação. É nesse sentido que a linearidade, permitindo a espacialização do futuro, se une à causalidade levando a dois pressupostos da acção que comportam um nível importante de normatividade: em primeiro lugar, que os indivíduos e as sociedades são racionais, orientam a acção no sentido de atingir certos fins; em segundo lugar, que essa acção incide, basicamente, sobre a gestão do tempo, pois este toma-se, assim, como um recurso, por sinal escasso, que merece uma atitude coerente de racionalização e de administração por parte dos actores.

No plano histórico, a linearidade radica num *ethos* judaico-cristão e pode ser assumida como uma *estrutura estruturante* e *estruturada* usando a terminologia de Bourdieu e Passeron (1999). Embrenha-se nos processos identitários dos indivíduos tanto no que se refere a uma temporalidade limitada pelo nascimento e morte, como também no que respeita ao tempo das gerações e das sociedades. No plano macro-estrutural, condizente com os movimentos das sociedades, a linearidade funciona como um pano de fundo necessário à situação da acção política orientada para o progresso. Progresso que só é possível mediante o seccionamento dos horizontes temporais e relativa autonomização do futuro, tendo em vista que só este acena com a novidade, o diferente e, principalmente, o melhor.

A teoria evolucionista, incluindo o materialismo histórico⁵ que predomina ao longo do século XX, constitui uma visão da mudança como um processo contínuo de complexificação distinguindo, no tempo, as sociedades simples das sociedades desenvolvidas. A razão, o progresso e a modernização são os principais vectores em redor dos quais se pensa a mudança das sociedades alinhavada num sentido direccionado, teleológico e irreversível. Na sociedade ocidental a linha é, aliás, uma das metáforas mais poderosas na construção das representações sociais de tempo (Adam, 1995). Como refere Hassard (1989:100), o tempo linear é o tempo do progresso industrial e do mito de Prometeu, é o tempo influenciado por Descartes e por Newton: “algo de real e de uniforme que englobava tudo”. Este imaginário linear do tempo assenta no mito da redenção. O marco intelectual na defesa da linearidade é Santo Agostinho ao afirmar que a história humana se desenrola progredindo em sentido direito, em frente (entre outros, Pronovost, 1986; Hassard, 1989:99; Adam, 1990:33). Através da metáfora da linha, os eventos e os seres vivos são situados “no” tempo que se considera fluir e passar externamente. Pomian (1984 :224 e ss) explicita a relação entre o tempo social e o tempo “litúrgico” afirmando que o tempo do calendário ocidental é o tempo linear que se reproduz e actualiza pelo calendário religioso. Ambos, o litúrgico e o social, são lineares “non simplement de la naissance à la mort mais de la naissance ici-bas en passant par la mort charnelle vers la vie éternelle au-delà (...) la naissance du Christ sert de date initiale au compte des années, elle ouvre une époque dans l’histoire du monde”.

Também o círculo, a rosácea e a roda são metáforas usadas para ilustrar o sentido de constante renovação operada pelo e no tempo. Apesar de serem largamente utilizadas nos estudos empíricos de sociologia, é Eliade (1993/1954) que problematiza o conceito de eterno retorno nas “sociedades arcaicas”, usando a simbologia do círculo, precisamente para denominar um tipo de experiência do tempo pelo qual o tempo adquire sentido como tal devido à convivência dos indivíduos com o ritmo das estações e dos mitos (Hassard, 1989:99; Eliade, 1993/1954:88 e ss). Na sociedade ocidental, esta visão, que se caracteriza pelas ideias de reversibilidade e de renovação, foi substituída, mercê da simbologia judaico-cristã, pela visão irreversível e linear. Esta, como disse no parágrafo anterior, vinga hoje em dia nos estudos sobre os rit-

⁵ O materialismo histórico desenvolve-se numa linha muito próxima ao evolucionismo, uma vez que preconiza uma aliança fundamental entre o Homem e o meio natural. No entanto, contrariamente aos evolucionistas, Karl Marx quando defende o materialismo histórico, fala de um processo de transformação e de acção sobre a natureza e não apenas de adaptação. Ora, em Karl Marx, a mudança social é sinalizada pelas revoluções mas dá-se com base na expansão das forças de produção e na acumulação quantitativa.

mos das sociedades contemporâneas mas convive com a visão circular do tempo. Qualquer ritmo, ao implicar a cadência e sinalizando a constituição do passado no presente (e no futuro), tem um carácter de tipo repetitivo. Entre outras, posso citar as cerimónias, as comemorações e a perenidade do próprio calendário portador de uma simbologia actualizada e ritualizada todos os anos. A linearidade, como a ciclicidade, embora relacionadas, não podem ser confundidas nem com a irreversibilidade nem com a reversibilidade. Como se notou atrás, a irreversibilidade preconiza que um sistema prossegue no sentido evolutivo e que, ao estar em permanente transformação, o seu presente se torna rapidamente em passado.

A reversibilidade preconiza ser possível retomar o passado como se nada de novo tivesse ocorrido, isto é, como se nenhuma energia se tivesse dissipado, perdido, transformado. Por isso, a reversibilidade acaba por ser identificada com a não mudança. Gell (1996) explica bem como os conceitos estão relacionados mas não são indistintos. Denominar o tempo social de uma sociedade como circular não significa caracterizá-la como não susceptível de mudança, isto é, de separação de um passado, face a um presente e a um futuro. O círculo pode conter a própria irreversibilidade. Os processos evolutivos, porque pressupõem que os eventos e os sujeitos são tempo, antes de serem situados numa cronologia, são “coisas” que transformam energia, não podendo ser reversíveis. Só o seriam ao nível da abstracção ou do infinitesimamente pequeno onde seja possível falar tanto de simultaneidade como de regresso ao passado, antecipando a ocorrência do tempo cronológico, como o conseguia o *super-homem* para salvar o mundo do colapso e o seu amor da morte (por exemplo, ultrapassando a velocidade da Luz e invertendo o sentido da rotação da terra)⁶. Daí que seja tão brilhante a ideia de Heidegger⁷, segundo a qual os indivíduos vivem no mundo com consciência plena de que são atravessados por um processo irreversível que os leva do berço à cova, sendo, por isso, profundamente repetitivos, isto é, reinvoam constantemente o passado no presente de onde deriva o próprio processo identitário, de *becoming*⁸ que se orienta para o futuro. Em Heidegger (1989), a relação entre o tempo e a identidade está, assim, concentrada na consciência da finitude da vida, isto é, o tempo “acompanha-se” da ideia permanente de degenerescência progressiva. Com efeito, para Heidegger o tempo é sobretudo um “como” e a sua conceptualização facultou-nos um quadro de análise importante para a decomposição de três níveis distintos ainda

⁶ Stephan Hawking explica esta tese no livro “O Universo numa casca de Noz” (2001)

⁷ Repare-se que esta tese não é só de Heidegger (1989). Também Simmel (1988/1910) relaciona o sentido da vida com a consciência da morte. Para Elías o Homem é o único ser vivo que vive consciente de ser mortal interferindo esta consciência nas suas posturas diárias (Cavalli, 1002:193).

⁸ Para a exploração deste conceito, atendo-me à interpretação de Sandbothe (2000).

que imbricados, de temporalidade: a autêntica (a existência), a *inautêntica* (o modo como o meu tempo é planeado e organizado em jeito de planos e projectos) e a ordinária, isto é, o modo como o tempo é distribuído e usado no dia-a-dia (Sandbothe, 2000)⁹.

Um dos maiores contributos para perceber a debilidade da tese da reversibilidade ao nível da teoria social é providenciado por Mead (1959/1935). Este autor foca a irreversibilidade temporal da prática, isto é, do “evento”, ao afirmar que o que teve lugar (como acto) tem um passado irrevogável face a um futuro que é constitutivo do presente (Adam, 1998:40). A assunção da lei da irreversibilidade do tempo implica pressupor a tese segundo a qual os vários mundos (principalmente o social e o natural) estão imbricados um no outro, dando origem a um ritmo temporal único. Este, sendo unificador, permite a coordenação de vários processos temporais, isto é, os biológicos, os sociais e os psicológicos (Gell, 1996:315). Desse modo, pode dizer-se que as representações sobre o tempo e os próprios conceitos existentes sobre o tempo, são o resultado da afectação rítmica global exercida a partir de e para o mundo natural e o social. Esta sequência causal linear institui duas ideias tanto relativas à orientação das sociedades, dos grupos sociais, como dos indivíduos em particular: a) de que os acontecimentos decorrem de forma sucessiva, sendo necessário ordenar a sua ocorrência segundo a necessidade ou a prioridade que lhe são atribuídas; b) de que essa ordenação resulta na exigência de esperas, isto é, a maior parte dos eventos acredita-se que não pode ocorrer em simultâneo: a realização de uns obriga à espera de outros.

Só por esta via de análise da linearidade e da causalidade a ela associada é possível atender ao facto de o futuro ser projectado para fora do “agora” mas mantido estritamente ligado ao presente dos indivíduos, principalmente sobre a forma de *protenção (future present) autopoiesis (present future)*. Como se dá conta, nem todas as sociedades ou indivíduos se familiarizam e agem no pressuposto da existência desse futuro. Variáveis diversas fazem com que estas posturas sejam distintas e até desiguais, tendo em vista que a distribuição de poder, isto é, a dimensão da *tecnologia* disponível para controlar/dominar o tempo, é também diferencial.

⁹ É, em grande parte, contra esta ênfase na relação entre a temporalidade e a degenerescência que as correntes feministas culturalistas, sobretudo as ligadas ao desenvolvimento das teorias da ginotecnologia e do ginopoder, reagem no sentido de evidenciar o potencial criador e evolutivo. No quadro de uma análise mais lata, ao nível das macros estruturas e dos sentidos de orientação societárias, esta ideia veio colocar em relevo a necessidade de reacção contra as orientações catastróficas e pessimistas sobre a evolução da vida na terra, buscando no círculo (na constante renovação) a resolução da causalidade proposta pela linha.

2. O futuro separa-se da linha

O presente, o passado e o futuro são perspectivas temporais integrando a acção das sociedades e dos indivíduos no presente (Cosser e Cosser, 1990:192). Ligadas a valores e a estruturas sociais, os horizontes temporais remetem para a macro-escala (Gurvitch, 1963), para as características das “temporalidades históricas” (Filipcova e Filipec, 1986:20-25). Através das perspectivas temporais torna-se possível, por um lado, pensar sobre o modo como as sociedades se organizam relativamente aos horizontes temporais, isto é, em termos da relação que estabelecem com o futuro (Rezsóhazy, 1986:38). Por outro, é viável antever as formas de ligação entre essas temporalidades tomadas como dominantes e os horizontes temporais *individuais* (Bertman, 2001:21). A maior parte das análises sobre as concepções de tempo, muito particularmente sobre os horizontes temporais, parte da comparação *evolucionista* entre sociedades agrárias e industriais, colocando-se as sucessivas épocas em contraponto, muito especialmente a Idade Média e a idade moderna e contemporânea. Na primeira, alicerçada num modo de produção agrícola e comercial o devir, (o que *há-de-vir*), mesmo sendo considerado desconhecido, possui um cunho circular, acreditando-se que se projecta no que lhe dá origem, no passado¹⁰.

Ligada ao domínio da religião como instituição que dita as coordenadas do tempo social dominante, a categoria de futuro, germinada pelos grandes comerciantes, reteve-se implícita “adormecida”, visto que a preservação, a conservação e a imprevidência simbolizavam virtudes (Pulet, *apud* Grossin, 1974: 264 e Fevre, *apud* Grossin, 1974: 264-5) Historicamente, a postura projectiva face ao futuro é situada nos inícios do século XX e tida como resultante do desenvolvimento tecnológico (Kerr, *apud* Adam, 1990:140). A época da industrialização e o eclodir do Iluminismo, a par do rasgo sobre o meio natural que a industrialização despoletou, foi marcada por um gradual desequilíbrio nesse mundo tendencialmente *holificado*, marcado entre mundo subjectivo da consciência, da liberdade e da autonomia e o mundo objectivo do dinheiro, da circulação da moeda e do capital. Sem precedentes na história, como explícita Anthony Giddens (1995), as relações sociais são *contratualizadas* de forma a serem garantidas, asseguradas ao longo de um certo tempo. De tal modo que a segurança desses contratos, que acertam plenamente na concretização da linea-

¹⁰ A atitude predominante em relação ao tempo é não tanto a previsão mas a previdência que significa, no entender de Pierre Bourdieu (1963:28) uma postura em relação ao “depois” ditada unicamente pela imitação do passado e pela fidelidade aos valores tradicionais e não por uma atitude prospectiva em relação ao futuro. Tal como o mesmo autor afirma (Bourdieu, 1963:29) a previdência refere-se a um acto que decorre da situação ela mesma, não é desencadeada por um plano exterior, tal como acontece no caso da previsão.

ridade, ficam dependentes da previsão e do controlo de um devir completamente assumido como “futuro” ou tempo da novidade.

Nos finais do século XVIII o tempo era simbolizado como *devorador*, não só porque as vidas dos indivíduos são tomadas pelo tempo do relógio, no sentido de aumentar a capacidade de prevenir e de programar o futuro, mas também porque isso espelha a dominação da natureza pelo Homem projectado na *conquista* de novos mundos (Alliez, 1991). Até no plano da teoria social, marxistas e existencialistas estão de acordo relativamente à objectividade do tempo e, portanto, do futuro: além de progressivo, o tempo é tido, na dimensão de linearidade, como cumulativo. A história surge representada como um processo direccional contínuo e irreversível exigindo um grau elevado de sincronização consentânea com a necessidade de gerar e administrar as esperas várias que, por vezes, soltam conflitos (Pomian, 1984). As noções de *repetição* e de *continuidade*, alicerçadas no desejo de adivinhar o futuro e de garantir condições estáveis à circulação da moeda, fazem surgir uma postura colonizadora do presente sobre o futuro, rentabilizando-se o máximo possível o tempo que ainda não passou, trazendo-o o mais cedo possível ao presente. A tecnologia e o desenvolvimento científico são edificadores dessa representação de que o futuro existe no presente, acarretando um certo menosprezo pelo passado. Numa representação de tipo *dramático* (o tempo rumo a um fim), o presente acaba por ser o passado do *futuro presente*, visto que é possível *desfuturar* o futuro, despi-lo da incerteza e do grau de imprevisão, antecipando-o (Adam, 1990)

Tanto no plano epistemológico, como no plano da experiência, o futuro assim entendido, ao mesmo tempo que representou um ponto de orientação da acção, também figurou como uma espécie de tempo projectado, um devir ideal expurgado dos males trazidos pela modernidade. A visão realista e teleológica de Karl Marx e de Friederich Engels (1976) evidencia, por isso, uma atitude de adiamento do presente que se efectua através da centragem no tempo que ainda não aconteceu: o futuro. Nesta perspectiva o futuro, nada paradoxalmente, é considerado uma utopia. E tal concepção desencadeou, segundo Werner Bergmann (1992), alguma indiferença por parte dos sociólogos relativamente ao estudo desse horizonte temporal. Com efeito, numa longa discussão que atravessa os anos 70 do século XX e se situa principalmente na Alemanha e nos Estados Unidos da América, diversos sociólogos questionam-se sobre a “real” pertinência em discutir o futuro e as suas “imagens” quando, no seu entender, a acção “deve” ser orientada para o presente, pois é neste horizonte que se situa a criação, ficando o futuro reservado às expectativas e aos temores (Bergmann, 1992).

Um dos mais importantes autores que pretende desmistificar a focagem no futuro é Niklas Luhmann. No célebre artigo *The future cannot begin*

(1976;1982b), este autor conclui que o presente é o horizonte mais relevante porque é nele que se realiza o futuro. Niklas Luhmann (1982a:278 e ss) afirmava que a visão utópica de futuro corresponde a uma representação onde este horizonte serve como um *écran* em relação ao qual se projectam as esperanças e os medos. No seu entendimento crítico dirigido à linha marxista idealista, o futuro não pode começar enquanto a negação estiver à frente da realidade, isto é, enquanto se alimentar uma crítica ao presente sem bases de sustentação a intervenção nesse mesmo presente. Assim, preconiza que o futuro só se inicia na *acção*, isto é, quando a *tecnologia (ser)* e a *utopia (dever ser)* convergirem no desenvolvimento de posturas que passem, por um lado, pelo adiamento de recompensas e, por outro, pelo adiamento da negação.

Mercê da conjuntura histórica conturbada do ponto de vista económico e social, que foi a altura dos fins dos anos 60 e os inícios de 70 do século XX, a visão “utópica” convive com outras mais orientadas para o reforço do planeamento e controlo sobre o futuro. Assim, este é “privado” da incerteza e da abertura que ainda o caracterizavam (Bergman, 1992:91) sendo tornado presente através da tecnologia e da planificação que favorecem antecipação. Todas estas acções implicam, por conseguinte, pensar o tempo social como um tempo “aberto” que, transcendendo os limites biológicos, inscreve uma longa duração, uma experiência colectiva deixando margem de autonomia e saberes ao individuo para, de geração em geração, agir no sentido de se situar num percurso, numa trajectória também ela inscrita num ciclo de vida de sobremaneira estandardizado, regulado e controlado socialmente. Em virtude de instrumento vários, de onde se destacam as próprias ciências sociais, a *desfuturação* do futuro convive com uma grande avidez pela segurança. Isto é, a montagem das trajectórias faz-se por referência a modelos padronizados que sustentam a coerência identitária, que fixam (a)os indivíduos a linhas temporais e que abrem o leque sobre as possibilidades de escolha.

A centralidade do futuro é absoluta ao longo do século XX e atravessa de alto abaixo o sistema de estratificação social, impondo-se de todas as formas por via da religião, da economia, da ciência e mesmo da arte. Trata-se de um futuro concebido como “estando aí”, aberto nas suas possibilidades mas potencialmente fechado porque controlado, previsível, adivinhado. Rezohazy (1986:38) conclui que os anos 60 do século XX marcam o apogeu da centralidade do futuro ao afirmar que : ‘L’ homme occidental forge sans cesse des projets qui sont les instruments de la maîtrise de son destin. On peut dire q’une société développée est caractérisée par l’existence de conditions de sécurité et de prévisibilité, ainsi que par l’ouverture suffisante d’opportunités qui permettent aux citoyens d’élaborer des projets réalisables’. Este é um período histórico (fins dos anos 60 e inícios de 70) que marca a conturbada necessidade de se repensar o papel dos Estados, daí

que a *segurança* no futuro e para o futuro (sobretudo das gerações vindouras) apareça como um ícone político para o qual convergem várias discussões acerca dos valores e dos pressupostos éticos que devem guiar a acção do presente (que será futuro mas já é presente) eclodindo no reforço e na formação dos Estados Providência.

Não perdendo a centralidade no plano da experiência concreta (prática) dos indivíduos e das sociedades o futuro como algo que se desenrola a partir do presente, e que pode ser previsto a partir do presente diluindo-se neste, desconectase da linearidade e da causalidade, sobretudo a partir dos anos 80 do século XX. À Sociologia esta notícia chega por via, muito particularmente, dos desenvolvimentos da estratificação social e da sociologia do trabalho que vão dando conta de um fechamento das oportunidades de vida, de uma redução das possibilidades de pensar e agir em termos de projecto atingindo os indivíduos (trabalhadores) e, depois, as próprias sociedades que se tornam incapazes de se aguentarem como promotoras de segurança e de formas de contratualização duráveis. Portanto, se no plano da concepção da história a linearidade, enquanto fio encadeado de acontecimentos sob a forma de discurso racionalizado, permanece tendo uma função organizadora, ela perde sucessivamente terreno no plano social e cultural. No que diz respeito ao futuro, não se é capaz de assegurar a montagem do tempo que “há-de-vir” (Brose, 2004).

Este *facto histórico* é vivido de forma obviamente distinta por todo o mundo. Canalizou a atenção e a acção das ciências sociais até hoje. A ponto de se assumir, muito especificamente na sociologia do tempo três “realidades”: a) a *não-linearidade* “impõe”-se como modelo temporal válido para o caso das temporalidades biográficas, como para o das temporalidades institucionais¹¹; b) a *não-linearidade* “institucionaliza-se de tal forma que os indivíduos (sociedades) terão de conviver quer com as suas características, quer com os seus efeitos e c) as alterações sócio-políticas são de tal forma acentuadas sobre as diversas temporalidades que se sugere a elaboração de um outro paradigma adequado à análise das *mudações* temporais (Dubar, 2004).

Ora, tendo em conta o que disse anteriormente deve compreender-se que a linearidade não exclui a ciclicidade do tempo emergente, da novidade e da (re)actualização dos mitos. Ademais, ela pode estar mais formalizada (no caso do ritmo do calendário) ou ser mais informal mas não menos influente nas práticas e nas representações, como acontece no caso dos ciclos económicos, das ondas de mudança ou das analogias históricas. Precavendo-nos do realismo *nai-ve* que daqui pode decorrer, deve assentar-se, portanto, que a *não-linearidade* não quer dizer “retorno do ciclo”, atribuindo-se a este ciclo o sentido de repeti-

¹¹ As temporalidades institucionais designam os tempos das instituições sendo tendencialmente de tipo rígido, coercivo, estruturado e organizado.

ção, de imobilidade e de *presentismo*. É que o ciclo enforma e, em certo sentido, dá segurança à própria linearidade prescrita pela herança *dramática* judaico-cristã.

A *não-linearidade* tão só quer dizer quebra, ausência de continuidade na linha, isto é, descontinuidade, não se excluindo nem a ciclicidade nem a emergência que caracterizam a experiência fenomenológica. Não aparta também o planeamento de vida absolutamente fulcral porque sequencia os “amanhãs” da mesma vida. Caracteriza muito mais a falta de oportunidades dos actores diversos para o fazerem, assim como as desigualdades daí derivadas. Pelo facto de ter funcionado como modelo, a linearidade teve uma função terminante de normalização social porque imprime o sentido de mudança, de avanço, de passagem do tempo e de progressão. A linearidade é uma forma de falar pela qual se ordenam e sequenciam os pedaços de vida que acontecem entre temporalidades institucionais e temporalidades emergentes, novas e também repetitivas. Sem avançar mais sobre os seus conteúdos específicos, é bom de ver que a linearidade nomeia pela linguagem os passados e os futuros dos indivíduos, dando-lhes uma ordem, uma sequência. Ainda que o faça, como acontece no plano da história das sociedades, a partir de certos pontos de viragem (revolução) que funcionam como “tempos fortes” a partir dos quais os próprios indivíduos montam as suas trajetórias realizando o processo de subjectivação (Dubar, 2004). No fim de contas, a linearidade também é uma forma de retórica.

A não-linearidade é tão pertinente do ponto de vista sociológico justamente porque representa a ausência de projecção sobre o devir. Os indivíduos carecem de segurança ontológica suficiente para, projectando o futuro, agirem no presente de acordo com as suas preferências¹². Porque através linearidade se subentende o tempo de vida como um recurso a gerir de forma racional (como é, por exemplo, a poupança) a não-linearidade representa, além de incerteza, o desvanecimento da representação do tempo como escasso e isso provoca a sensação de abundância do tempo, de “paragem”¹³.

Acontece, porém, que nem o tempo dos outros (o tempo englobante, o tempo histórico) pára, nem mesmo a linearidade se esfumou. Esta permanece tendo força estruturante e normalizadora. De tal modo que a experiência da *não-*

¹² A não-linearidade surge, assim, ligada à institucionalização de uma temporalidade curta, muito especialmente no plano do trabalho cujo tempo é sujeito a uma grande aceleração, dificultando a simultaneidade.

¹³ Num estudo célebre a este respeito, Jahoda e Paul Lazarfeld e Zeisel (1989/1933) desenvolvem a ideia explorada por Karl Marx acerca do tempo em abundância. Os autores, num estudo sobre a experiência do desemprego, sugerem que a “abundância” corresponde a ter tempo “não escasso” e, por conseguinte, menos valorizado. Além disso, corresponde a uma situação de vida carente de futuro. Esta ligação (entre a desvalorização social e a abundância do tempo) é largamente recorrente na sociologia do tempo (Hassard, 1989).

linearidade é consciencializada como marginal, atingindo, em consonância, grupos particulares de indivíduos (sociedades) que estão, assim, em situação de desigualdade. Como se nota, o assunto é complexo, principalmente quando se pretende articular o nível conceptual e epistemológico com o real onde a história tem nome e as organizações produtivas são personagens basilares. Donde, tendo em conta que nos encontramos numa situação em que a *não-linearidade* coexiste com a linearidade, é necessário perceber que o futuro como tempo “af”, tradicionalmente analisado como consequência do presente e gradualmente tido como da responsabilidade das decisões do presente só superficialmente se situa na linearidade. Isto é, a sua existência ao nível da experiência histórica das sociedades ocidentais e ao nível conceptual/epistemológico (micro e macro) não é posta em causa pela não-linearidade.

No primeiro plano, o futuro existe não só como potencia no presente dos indivíduos (dos seus filhos e gerações futuras) mas porque estes o criticam e denominam criando-o como alvo de direcção da sua acção. Esta existência do futuro não pode ser menosprezada, até porque isso seria um contra-senso relativamente ao papel que se esperam tenham as ciências sociais e a sociologia em particular, não apenas na criação de imagens sobre o devir das sociedades, mas na alteração das realidades concretas que farão esse futuro. No segundo plano, pode dizer-se que o futuro existe como tempo “af” pelo simples facto de existir um passado e um presente que só é presente porque já é futuro (*potencia*).

De qualquer forma, é absolutamente pertinente destringir níveis de análise distintos em toda esta problemática em ordem a raciocinar sobre a qualidade heurística das teses que classificam os horizontes temporais da sociedade contemporânea. Não falando da especificidade de escolas de pensamento e das suas filiações ideológicas e apesar da não realidade aparente, o futuro (mundo social e natural) é real mesmo que este seja um *não-futuro*, mesmo que o seu tempo de existência seja curto. Se ademais, os indivíduos falam dele, relacionando-o directamente com as suas temporalidades diárias, biográficas ou com as temporalidades institucionais, históricas e cósmicas, só temos agora de entender por que razão é sociologicamente válida uma análise deste horizonte temporal que o dá como sendo um *presente extenso* mas não é tão válida uma análise que o erradica do mundo social e político concreto.

Além de se assentar a tese da não-linearidade, sobre a qual restam dúvidas no que concerne à sua viabilidade e aceitação por parte dos indivíduos, é verificável que, em relação à sociedade actual, não há um consenso que permita afirmações conclusivas acerca do horizonte temporal dominante. Não obstante, é inequívoca a força modeladora que a aceleração do tempo suscitada pela tecnologia tem tido sobre os comportamentos. Esta ideia recolhe, aliás, bastante receptividade no seio de várias abordagens teóricas sobre as socieda-

des modernas que incidem sobre a frágil capacidade de os sistemas democráticos garantirem a responsabilidade nos tempos vindouros perante a “erosão” do futuro. O autor questiona, como Santos (1998:240), na esteira de Lasch, Roberts e Quick (1998:12-3), a natureza da política contemporânea, considerando que as mudanças político-sociais fazem com que os antigos caminhos (alicerçados em valores) sejam substituídos por opções (alicerçados na contingência), indicando novas formas de *institucionalização*, cujas consequências sobre a vida e a organização sociais permanecem ignoradas (Santos, 1998). Daqui decorre que no plano da análise social se tenha tomado em consideração muito mais o conceito de horizonte do que de futuro argumentando que este último é *trazido* constantemente ao presente. Tal não acontecendo sob a forma pura da *antecipação* (movimento o futuro para o passado), mas de *presente extenso*, isto é, movimento do presente para o futuro. Neste caso, o presente protela-se nele próprio, criando um âmbito de abrangência muito situado no presente.

Maffesoli (1998:108) defende existir hoje em dia a revalorização do tempo circular, considerando que as ações dos indivíduos estão marcadas pela efemeridade e pela contínua valorização daquilo que é capaz de reatualizar o passado, isto é, de ser transposto pelo mito. Esta tese parte do pressuposto de que o social se guia mais por um sentido trágico, pela permanente e inevitável repetição. Ainda que atractiva, esta abordagem é bastante inoperacional do ponto de vista empírico, ao contrário das anteriormente citadas, porque assume esta tragédia como inevitável: incapacidade de projectar, criar, circular na linha. É bem claro que se trata de duas abordagens situadas em ângulos de análise do social distintos: a primeira parte dos efeitos da normalização social sobre os comportamentos dos indivíduos, na modelação da sua interioridade; a segunda parte dos processos de adaptação e de autonomização (e de liberdade) gerados pelos indivíduos no exercício da sua própria experiência quotidiana e biográfica. O que não parece nada claro é que ambas queiram convergir no que diz respeito ao entendimento e à conceitualização dos horizontes temporais, muito particularmente do futuro.

Ainda que as abordagens fenomenológicas sejam, como veremos no ponto seguinte, imprescindíveis e incontornáveis na compreensão do modo como os seres humanos se relacionam com a passagem do tempo, todos os seus autores falam da experiência temporal dos sujeitos racionais (Husserl, 1986; Schutz, 1962) e da experiência do mundo natural (Mead, 1935) entrando nas dinâmicas que decorrem da conceitualização do tempo como sucessão. Embora Luhmann (1990), por exemplo, tenha, de certa forma, adaptado esta abordagem aos sistemas sociais e Bourdieu (1984) a tenha revalidado na explanação do conceito/prática do interesse, ela não surge adaptada ao estudo do “estado

do mundo”. É que ao afirmar-se o *presentismo*, desenha-se uma negação da existência do futuro. E em qualquer tipo de quadro de análise sociológico, tal não se justificaria quando a própria justificação precisa de futuro. Diria que neste plano, tudo corre mal ao *presentismo*: negando os alicerces de que se faz a temporalidade linear, negando a absoluta necessidade de qualquer existência, mesmo a que se pode chamar de trágica ter de comportar um futuro (para que possa ser denominada de “trágica”), negando a objectividade do tempo social e a sua manifestação concreta nas vida política do dia-a-dia, o *presentismo* dissocia o ciclo de linha e confunde dois planos distintos: o do pensamento sobre o social, do próprio social – histórico que existe em um espaço e um tempo.

No estudo desta temática confrontamo-nos com análises temporais que tendem a olhar para aquela “realidade” usando conceitos recapturados de autores que na experiência da sua vida, analisaram o estado fragmentado da unidade primária do mundo: corpo e espírito, sociedade e cultura. O discurso pós-moderno do *presentismo* é o discurso retomado de autores desencantados como George Simmel (1987), por via da sociologia interpretativa e fenomenológica e como George Lukács (1923 *apud* Loewy, 1979), por via do marxismo romântico, utópico atestador da tragédia do mundo não se sabe bem se porque se pretendia regressar ao passado ou porque a destabilização do equilíbrio natural-social assim o ditou. A tragédia do fim do século XIX é a tragédia da ruptura entre indivíduo e comunidade, é a tragédia da desvalorização do trabalho vivo e a transformação do Homem em quantidade de horas. É a tragédia da I Guerra Mundial. O que fazem as abordagens do *presentismo*, paradoxalmente assinalando uma tragédia *re-encantada* de um mundo que se viu sempre desencantado, sobretudo à medida em que foi possível descobrir-lhe as linhas de funcionamento, é colocar as sociedades de hoje num plano análogo buscando abordagens que põem em causa as consequências da modernidade. O que acontece no pressuposto da força modeladora do imaginário do retorno a um passado “não civilizacional” ainda mais *re-encantado*, precisamente porque a tragédia personifica a imobilidade e o não retorno.

Não só o próprio George Simmel (1987) se deu conta do processo imparável proposto pela circulação da moeda e transformação das formas sociais, como a própria história se desenrolou no sentido nitidamente evolucionista pela qual se intensificou o processo de aumento de complexidade. Como já referi, o futuro impôs-se na sua realidade e na sua objectividade garantindo a identidade dos povos e dos indivíduos sendo interiorizado como uma questão ética. Num desvio que pode vir até a considerar-se ideológico, ou manobra de diversão, o futuro perdeu abrangência nas análises sociológicas. De várias frentes aparecem argumentos revalidando a visão do *presentismo*, da ausência de horizontes e da sua inevitabilidade. Adoptando-se uma relação demasiado

linear entre a constatação assinalada por vários ramos da Sociologia sobre a impossibilidade de as vidas serem projectadas com segurança no futuro e desvanecimento da própria existência (e objectividade) deste, sobreveio a tese de que as sociedades modernas pararam diante da tragédia da própria inexistência de futuro. Não menosprezando os efeitos concretos da não – linearidade sobre a vida dos indivíduos, actuando no sentido do retraimento, seria um contra-senso total assumir essa *inexistência* do futuro.

Não sendo um futuro que existe “af”, *para-depois-do-presente*, como “coisa” desligada, o futuro é uma espécie de tempo ricochete condicionando o presente. Tal é particularmente visível em duas esferas que mais moldam os quotidianos dos indivíduos: a económica e a política. Nestas, o futuro, desaparecendo como “algo a atingir” fora do “agora”, materializa-se como o próprio processo que constitui o tempo entre presente e futuro. Esta afirmação leva-nos de regresso ao primeiro ponto desta exposição em que assumia que o futuro possui uma realidade fluida, cuja legibilidade está fora do alcance de uma lógica causal linear. Entender o futuro como processo implica, por conseguinte, assumir que se desconecta da linearidade e da causalidade, situando-se no entremeio entre o presente e futuro. Sendo que esse intervalo é dinâmico, resultante da actuação de forças diversas que, por vezes, estão em conflito. A representação do futuro como um ponto “af” numa linha, não pode, portanto, dar lugar à sua eliminação pelo facto de as temporalidades se tornarem não lineares. Deve apenas implicar a sua recolocação como uma *rede* de efeitos resultante de acções que nem sempre são desenhadas com o propósito de atingir resultados derivados da acção conjunta de múltiplas causas.

O futuro é tão pertinente hoje justamente porque esta sua formulação, sempre alicerçada no pressuposto de que a progressão temporal está imbuída de mudanças, despoleta desafios muito específicos para a Sociologia. No plano teórico, pressupõe a obtenção e a definição de metodologias que permitam estudar objectos dinâmicos e não “tangíveis”. Ademais, implica fazer ressurgir as abordagens de autores clássicos os quais colocaram questões semelhantes no início do século XIX, a altura que correspondeu precisamente à institucionalização da categoria “futuro”, o ponto último da justificação. No plano empírico, essa definição de futuro sugere a consolidação de métodos de intervenção que, não incidindo sobre a previsão por si sós, descubram como está o futuro a ser feito hoje, moldando as próprias respostas do presente.

Não particularizando apenas num país e atendendo a realidades económico-políticas e sociais, como o insucesso da proposta de constituição europeia, a investigação científica nas diversas áreas, a globalização e a conquista do espaço, é imperativo que o futuro, na acepção que acabei de expor, possa ser objecto de pesquisa. Assim, o futuro não é uma questão apenas individual e

fenomenológica. O futuro é também uma *preocupação* colectiva. Existe em potência sendo denominado pelos indivíduos isolados e pelos actores colectivos, entre os quais estão as próprias instituições estatais. Juntamente com todas as outras estas não operam realmente no presente *mas já* no futuro. E esta concepção pressupõe, em menor ou maior grau, uma inversão da lógica causal. Onde, a sinalização das diferenças nas representações específicas de cada “sistema” de acção é indispensável: nas agências militares, educação, família, política e economia. Em qualquer destes sistemas, importa destacar como o futuro vai instalando rupturas a partir de dentro do sistema (auto-reflexivas e/ou auto-destrutivas) não só na experiência mas também nas formas de regulação, uma vez que estas são responsáveis pela ordem (estrutura) cuja alteração é basilar para instalar e para perceber a mudança. Trata-se de estruturas como a da sexualidade, o casamento e a família, a nação e a política, as relações sociais de género, a tecnologia e a sociedade nas quais o futuro se desenha mediante ligeiras transformações no presente.

3. Futuro e horizonte

O futuro é, como referem Reinhart Kosseleck (2002) uma categoria central no pensamento do progresso. É, por isso, um horizonte apegado ao conceito de mudança. Esta, por sinal, associa-se ao tempo, não propriamente porque a passagem do tempo signifique por si mudança, mas porque aquela só se produz no tempo. Tempo que impõe, posteriormente, marcas específicas na história. O futuro, essencialmente nas vertentes de utopia e de previsão, é um assunto tradicional em sociologia. Liga-se aos quadros de Émile Durkheim (1994/1912) autor que o concebia como uma instituição abstracta imprescindível para a sincronização necessária ao desenvolvimento da sociedade. Também se relaciona com a perspectiva de Karl Marx (19) e de Frederick Engels que concebiam o tempo o fio de realização da *praxis*, da acção dos actores colectivos e por conseguinte, o fio da acção dialéctica.

Ora, uma das querelas mais relevantes a que assistimos no seio da sociologia do tempo, desde logo porque se trata de uma área com forte componente ideológica, situa-se entre as vertentes fenomenológicas e existencialistas em que o tempo adquire, *grosso modo*, o estatuto de discurso do “eu” e as vertentes estruturalistas-funcionalistas em que o tempo possui o estatuto de algo tangível, agente, resultado e arena da realização da acção. Para ambas, o tempo é objectivo, só que para as primeiras ele é experimentado como realidade subjectiva, é o resultado da relação do indivíduo consigo e com os outros. Para as

segundas, o tempo é uma realidade comprovada na *praxis*, na materialização histórica, na capacidade de agir sobre o mundo.

Com efeito, nas abordagens fenomenológicas e existencialistas o futuro é, principalmente, um horizonte. Na linha de George Herbert Mead (1959/1932), pode argumentar-se ser a reflexividade que garante aos indivíduos navegarem em simultâneo em diversos horizontes temporais. A particularidade do quadro teórico de George Herbert Mead (1935) é ter associado o mundo natural ao social através do conceito de temporalidade “implicada”, considerando que todos os presentes não são mais do que o resultado conjunto do passado e do futuro. George Herbert Mead (1959/1932) oferece uma visão do presente como uma arena temporal onde decorre a dinâmica da experiência e da conduta humana (Flaherty e Fine, 2001:151). Mead afirma que o passado, o presente e o futuro pertencem a uma passagem que comporta uma estrutura temporal através do evento (Mead, 1954/1935:24). Isto quer dizer que se o presente não é simples decorrência do passado, também não é fruto apenas da emergência porque esta, sendo ajustamento, implica um passado em relação ao qual se processa o “novo”. O conceito de horizonte especialmente é ainda tratado por Edmund Husserl (1986) e por Alfred Schutz (1962). Traduz a existência de *limites* temporais que orientam a *conduta*. Estes limites ou barreiras, ao serem impostos pelos actores que a vivem como balizas da acção são, por definição, móveis e fluidos, alteram-se de acordo com o próprio decurso da acção avaliado pelo actor racional. No entanto, não estão completamente fora do “agora”. Alfred Schutz (1962) argumenta na linha de Edmund Husserl (1986) que existem dois tipos de processo em relação ao futuro. Por um lado, os indivíduos vivem o presente mas focalizando a atenção nas consequências da sua conduta. Tal faz com que “puxem” constantemente o futuro ao presente como forma de sustentar a sua própria segurança ontológica e fazer face à heterogeneidade e à variação que constituem a experiência diária. Alfred Schutz (1962) designa este processo mediado pelas expectativas de *protenção*.

Por outro lado, a acção sobre o presente e o futuro desencadeia-se mediante um conjunto de informações armazenadas sobre o passado invocadas no presente, decorrendo daí um movimento de *retenção*. Como se observa, esta linha de argumentação sustenta a interpretação da experiência temporal dos seres humanos. A própria racionalidade das condutas é transportada sobre o eixo das intenções que firmam o conhecimento sobre as consequências da acção. Mas também sustenta a interpretação sobre a mudança macro-sistémica desde que, ao aplicar o mesmo raciocínio aos sistemas, estes sejam concebidos como aglomerados de actores racionais sendo possível ao sistema auto-alterar-se, reajustando-se através de um processo de *auto-referência* (Luhmann,1990). Contudo, já o disse, ao fazê-lo desenrola o futuro a partir do presente, subscre-

vendo o princípio da causalidade. O futuro, que é tratado como horizonte temporal social, depende de negociações várias nas diversas épocas históricas e tem ocupado um lugar central na Sociologia. É que, além de remeter para as grandes abordagens teóricas explicativas da mudança social, tendencialmente evolucionistas, conduz ao modo de vida dos diversos grupos sociais distribuídas ao longo de um sistema de estratificação social.

4. O futuro e as classes sociais: estratégias e constrangimentos

A problemática do futuro não se inscreve apenas num conjunto de abordagens que, ora se situam na vertente fenomenológica, ora estão na orla do estrutural-funcionalismo pelo qual o tempo se assume, no limite como “companheiro” (Chesneaux, 2004:96) e o futuro representa a meta ou o fim da acção de gestão no presente. Mesmo reportando a uma substância vaga e incerta, funciona ainda como uma categoria de análise extremamente relevante para perceber as dinâmicas de mobilidade social. Por isso, é uma dimensão fundamental no estudo das classes sociais e da estratificação social. Dentro do paradigma da linearidade, a orientação para o futuro classifica muito particularmente o comportamento “activo” e “interessado” dos grupos (indivíduos) empenhados na mudança do seu presente e conscientes sobre a importância da sua acção nessa mudança.

A relação entre classe e futuro dá corpo a um grupo particular de abordagens que, ao longo da história da sociologia do tempo, tem sido um dos mais controversos. Um dos autores mais citados é Le Shan que, em 1952, publicou um trabalho relacionando a classe social, o sexo e a idade com o tipo de orientação temporal. De forma sucinta, a sua tese preconiza que os indivíduos provenientes de classe baixa encaram mal os tempos longos e o adiamento da gratificação em relação ao presente porque interiorizam, através do que se designa de “socialização antecipatória”, a incapacidade de resolver o futuro, desenvolvendo uma atitude mais pragmática e imediatista. Os provenientes de classe mais favorecida tenderão a gerir melhor os tempos longos e a adiar pacificamente e de forma activa as recompensas para o futuro. Lewis Coser e Rose Coser (1963 *apud* Hassard, 1990:193) desenvolvem esta linha de análise propondo ainda que as orientações temporais podem ser de tipo colectivo ou individual e activo ou passivo. Outros autores, ligados a áreas como a juventude, propõem que os indivíduos têm processos de desconto do futuro sobre o presente modelados pela interferência da classe. Ângela O’Rand e Robert Ellis (1974:60-61), usando o conceito de “perspectiva temporal social”, trabalham uma definição de futuro baseada nas categorias de coerência, de densidade, de direcção e de extensão. Os autores concluem pela existência de uma forte associação entre pertença

social e formação de perspectivas temporais orientadas para o futuro. Todavia, evidenciando como os tempos individuais dependem bastante do tipo de relação estabelecida entre os actores e os tempos institucionais, sugerem que a extensão e a formação da representação de futuro estão dependentes do modo como os indivíduos (que no caso desta investigação eram jovens) podem ou não corresponder às exigências institucionais relativamente à concretização de diversos papéis. Os factores apontados como sendo mediadores entre a pertença social e a representação do futuro são vários. Os mais relevantes apontados pelos autores são o sentido de privação, o tipo de aprendizagem social, o desenvolvimento linguístico e as expectativas.

Numa análise mais ampla, da qual se vem aproximar George Gurvitch (1963), Maurice Halbwachs (1997) destaca que o futuro é um horizonte temporal que pertence sobretudo à classe média, como o presente pertence à classe pobre e o passado à privilegiada. Esta linha de interpretação, embora não aberta como tal em termos de tratamento do futuro, continua ainda a vigorar muito especialmente por parte das teses que atribuem à “classe média” um papel *historicista*, orientado para a mudança através da mobilização dos movimentos sociais. Este papel aparece, aliás, como referencial para sobrevalorizar a passividade e inactividade ou mesmo adormecimento cultural e político de uma elevada percentagem da população classificada socialmente abaixo da *classe média*¹⁴.

Por se tratar de processos de construção identitária, é forçoso entender e pressupor que o *habitus* (inscrito nos processos de socialização) é altamente modelador dos usos do tempo no dia-a-dia e do grau de orientação em relação ao passado, ao presente e ao futuro. Pierre Bourdieu (1984), a propósito das dinâmicas e das posições relativas dos actores e dos grupos nos diversos campos, e muito particularmente no livro “*Noblesse d’Etat*” (1989), afirma neste contexto, que a rigidez nos modos de usar o tempo e a necessidade de encurtar as durações (isto é, os compassos de espera) são características atribuídas aos indivíduos oriundos de grupos com um reduzido nível de capital cultural. A aproximação à *necessidade* não se verifica com a mesma intensidade por parte dos oriundos de grupos portadores de elevado capital cultural e social (que pode também corresponder a um elevado capital económico). Por *herança* (por inerência, em termos de *habitus*), estes são capazes de se mostrar menos *interessados*, gerindo os compassos temporais de forma mais distanciada, aparentemente menos rígida, acelerada e incerta. Têm, portanto, o futuro como algo menos longínquo e utópico, em comparação com indivíduos de ascendência social menos favorecida, cujos percursos biográficos sugerem um grau mais elevado

¹⁴ Utilizo o termo de “classe média”, emprestando-lhe o mesmo nível de ambiguidade que se reconhece a esta classificação.

de confiança que advém, muito notoriamente, das redes de relacionamento social mantidas dentro da mesma classe ou muito proximamente dela.

William Grossin (1974) segue esta linha de argumentação ao classificar os comportamentos dos indivíduos em processo de ascensão social como tendencialmente mais disciplinados. Dando relevância aos mecanismos que favorecem a formação de determinadas posturas em relação ao tempo, como os factores económicos e as expectativas de mobilidade social, William Grossin considera ainda as actividades profissionais desempenhadas como fontes de normas temporais moldando os usos do tempo por parte dos indivíduos. Neste quadro, a relação entre classe e usos do tempo não pode ser vista apenas no plano biográfico, dando relevo ao grupo social de origem, mas também no plano quotidiano, mostrando a associação entre o posicionamento social actual e os modelos de uso do tempo. Justamente por causa da lógica da formação e da actuação do *habitus* os usos do tempo, que encobrem praticamente tudo o que se faz, como se faz e com que objectivo, formam configurações de práticas. E estas permitem classificar os estilos de vida onde se englobam os indicadores económicos, sociais e culturais que diferenciam a acção quotidiana dos indivíduos. De todo o modo, a relação entre o grau de disciplina nos usos do tempo diário e as motivações e orientações face ao futuro continua a ser, muito particularmente por parte dos grupos sociais em ascensão. Neles, as crianças, por exemplo, familiarizam-se, desde cedo, com métodos de organização do tempo quotidiano que reflectem a vontade dos pais em criar-lhe um futuro (basicamente ideal) que lhes mediará a acção (*Vais ser/podes ser*). A ligeireza e uma certa ausência de futuro associam-se, por seu turno, a usos de tempo menos disciplinados na fase da infância.

Através das análises especificamente posicionadas no âmbito da sociologia do tempo e das teorias sociológicas, importa destacar que o futuro, ganhando um cunho valorativo muito forte a partir do século XIX representa, juntamente com a linearidade e a própria monocronia a esta associada, o estatuto de horizonte temporal referencial. Assume-se como o modelo ideal de orientação da vida. Em paralelo, surge ligado, principalmente, a grupos sociais empenhados em ascender socialmente. Por isso, a centralidade do futuro na vida destes indivíduos só pode ser medida através da focalização da acção num tempo à frente, na capacidade de adiar recompensas, na capacidade de ser disciplinado nos usos do tempo, no aviltamento absoluto da perda de tempo e no adiamento ou recusa de todo o conjunto de funções que possam desviar a acção de atingir no futuro os objectivos desejados. Antes do desvanecimento à força do futuro, a orientação da acção para o futuro e a capacidade de adiar recompensas caracterizavam um comportamento temporal “adaptado” e integrado. O contrário seria equivalente à demonstração do desinteresse, ao desleixo, à passividade e à falta de responsabilidade sobre o seu futuro e o dos outros. Da educação à política, da ciên-

cia à tecnologia, o ideal da disciplina nos usos do tempo no dia-a-dia é o primeiro sinal da hegemonia da linearidade sobre a nossa vida afectando a construção da identidade e do modo como o futuro, nesses moldes, não está ao alcance de todos.

Os estudos sobre a pobreza e as intervenções socio-políticas neste campo revelam perspectivas distintas de encarar as diferenças nos usos do tempo que estarão, por sua vez, na base das desigualdades sociais: a não poupança, o imediatismo e a valorização do consumo no presente, assim como a fraca disponibilidade para acumular capital cultural e económico com vista a um uso futuro são considerados traços sócio-culturais dos estratos sociais menos privilegiados. Encontramos esta relação em autores como Richard Hoggart (1973), Óscar Lewis (1976), Pierre Bourdieu e J. Claude Passeron (1999) e outros. Richard Hoggart (1973), debruça-se, aliás, sobre a ascensão social e identifica o “ansioso” com o “bolseiro”, ou seja “aquele que não está no seu lugar de origem”. Diz o mesmo autor que o dilema principal que se coloca ao ansioso é a dificuldade de “avaliar racionalmente” e de não ser completamente feliz nas suas escolhas. Está a meio caminho entre o seu grupo de origem, do qual se distancia, e o grupo de chegada em relação ao qual desenvolve acções de pertença e de legitimidade, embora corra o risco de não ser completamente aceite. O fatalismo, a força de vontade, a coragem, a fé, a resistência são “naturalmente” incorporadas nos discursos (Hoggart, 1973:170 e ss).

Também as análises sobre as disposições de aprendizagem utilizam o conceito de futuro, desde logo porque o investimento na educação supõe um adiamento da realização do presente. As teorias da privação cultural expostas por Basil Bernstein, recolhem dados empíricos demonstrativos de que a classe é determinante na formação das posturas de orientação temporal. Além de Pierre Bourdieu, basta percorrermos os vários assuntos tratados em Sociologia, muito especialmente a sociologia das classes e da estratificação, para perceber que as representações do futuro e as formas de o encarar como tal são resultado de processos objectivos relativos à forma como os constrangimentos sociais incidem sobre as visões do mundo e de processos subjectivos, referentes às formas de interiorização desencadeadas entre os indivíduos e a sociedade.

Apesar de ainda se revelarem com capacidade heurística para entender as dinâmicas individuais e familiares relativas à mobilidade social, muito particularmente no que se prende com as atitudes em relação aos estudos e ao trabalho, estas relações entre *habitus*, grau de disciplina nos usos do tempo no dia-a-dia e grau de orientação em relação ao futuro, não são mais causais e lineares (Mercurie, 1995 e Machado e al., 2003). Os investigadores complexificam cada vez mais as suas análises, precisamente porque constataam o desvanecimento do futuro em termos societários (Brose, 2004), como os próprios indivíduos em

todos as classes sociais se percebem menos capazes de fazer os futuros por si próprios, dada insegurança imprimida pela política (e economia). No plano macro-social, não escapa a uma relação entre este modo de conceber o tempo e a própria postura das sociedades como um todo. Incluindo as suas classes políticas, muito em particular, dada a sua inaptidão para realizar um ajuste entre temporalidades biográficas e temporalidades institucionais. De qualquer forma, esta breve exposição sobre as representações do futuro no plano da experiência tem forçosamente de ter em conta alguns pontos específicos que caracterizam os usos do tempo a partir das relações sociais de género.

5. O género

O futuro é tradicionalmente uma categoria “masculina” justamente quando acoplado à linearidade e à monocronia que esta implica. Congrega a sucessão de fases relativas às próprias passagens estatutárias reguladas pela sociedade, mas acertadas de acordo com as “etapas” do “ciclo de vida”. Mais, o futuro, nos moldes em que foi discutido no ponto anterior, como algo para o qual se exige disciplina no dia-a-dia, é a pedra de toque da temporalidade referencial a partir da qual se julgam e classificam todos os outros regimes e estilos de uso do tempo. Mas trata-se de uma temporalidade autorizada, regulada e instituída ao sabor das temporalidades masculinas e do que estas representaram em termos de constituição das sociedades modernas. Para Julia Kristeva (1981), o materialismo histórico, juntamente com as grandes narrativas do século XIX, em diante, incluindo a Freudinana, constituíram uma visão bifurcada entre as temporalidades histórico-objectivas masculinas e as temporalidades emotivo – privadas femininas. A força da categoria de futuro, como algo “af” disposto sobre o tempo linear, para o qual se orienta (*deve* orientar) a vida afirma o papel dos homens como agentes da história, reservando às mulheres uma experiência implícita camuflada por um essencialismo que as dita de naturalmente devotadas ao tempo circular da procriação, da reprodução, do nascimento e dos cuidados afectivos. A autora, analisando como no próprio mito, a virgem Maria ascende ao céu sem se fragmentar, afirma o seguinte “as for time, female subjectivity would seem to provide a specific measure that essentially retains repetition and eternity from among a multiple modalities of time known through the history of civilizations”.

Miriam Gluksman (1998:19-20) retoma esta tese mas critica substancialmente a via *essencialista* deixada no ar ao separar as temporalidades femininas das masculinas quando remete a circularidade para as primeiras e a linearidade para as segundas. Considera que ambas as metáforas, ou figuras, se

adequam ao estudo das temporalidades no plano da prática, sendo que a sua conotação, em termos de género, deriva, principalmente, dos jogos sociais mediados (enformados e socializados) entre estruturas sociais (*habitus*) e estruturas culturais (valores) que as várias correntes do feminismo se encarregaram de desconstruir considerando-as constructos sociais, isto é, ordens sociais resultantes de lutas de poder definidoras dos lugares que, por essa via, se percebem como “naturais”. Tal como Júlia Kristeva (1981) enuncia, sendo mais tarde empiricamente trabalhado na área da sociologia do tempo (Leccardi e Rampazi), a maior implicação que deriva da recusa da conotação circular e repetitiva das temporalidades femininas não reside em si própria, isto é, na efectiva existência de condições biológicas características das mulheres (fertilidade e gestão). Reside sim no facto de essa recusa sinalizar a possibilidade de uma temporalidade única, pela qual as temporalidades das mulheres se diluem, identificam e afirmam mediante as temporalidades masculinas, consideradas então, as mais visíveis e válidas no espaço político. A *evolução* histórica pós anos 70 do século XX tem-nos mostrado que esta via de unificação, que predomina ainda no plano da intervenção sócio-política, mesmo no que se refere aos movimentos feministas que procuram a igualdade nessa afirmação perante a ordem linear tem perdido consistência perante o terreno ganho pela *não-linearidade* no plano macro-global e perante a assunção pública da existência do carácter circular, repetitivo por parte dos homens, particularmente notado no caso das temporalidades biográficas (Adam, 1989).

Carmen Leccardi publicou em 1993 um artigo conjunto com Maritta Rampazi em que afirma que as biografias das mulheres, obedecendo a um planeamento antecipado e escrito desde cedo nas suas vidas “a contar com”, são geridas com uma elevada dose de contingência, pois os mesmos planos e programas são abertos ao imprevisto e à contingência. As temporalidades biográficas dos homens eram classificadas, de igual modo, como sendo desencadeadas num eixo temporal linear mas tidas como menos programadas, menos sujeitas a antecipação, com menor importância atribuída ao pormenor. Consideravam ainda as autoras que esta menor centralidade do futuro se devia ao facto de os homens não estarem sujeitos aos mesmos limites biológicos a que estão sujeitas as mulheres no que se refere ao tempo de procriação. Donati e Samuel (2001) desenvolvem mais tarde esta ideia.

Não obstante o peso das características fisio-biológicas, sabemos que tais diferenças são socialmente determinadas. Isso significa que os próprios tempos sociais “regulam” de forma distinta as fases da vida dos homens e das mulheres porque se se esperam destes últimos papéis distintos em sociedade. O género como construção social do sexo, e de sobremaneira associado ao papel distinto assumido perante a reprodução pelos pais e pelas mães, é uma variável

que condiciona os usos do tempo (Maines e Hardesty; Elchardus e Glorieux, 1994 e Braneen, 2005). Este é um facto que vale por si e merece ser estudado nesse patamar, procurando identificar no plano prático espaços de intervenção que procurem atingir vias de resolução dos problemas associados a um traço que aparece justificado e é largamente documentado nos diversos estudos sobre os usos do tempo realizados. Por isso, sem entrar nas questões da essencialidade do feminino e do masculino que me parecem bem mais complexas, alguma confusão parece existir no raciocínio que assume a questão das temporalidades de género como sendo uma problemática relativa *apenas* relativamente ao estatuto de pais/mães, casado/não casado (heterossexual). Nomeadamente procurando-se afirmar que o *género* perde capacidade explicativa quando se trata de estudar situações em que os actores, homens e mulheres, não estão em nenhuma daquelas situações. Ironicamente neste esquema de análise volta-se, no limite, a unir o ciclo: o tempo das mulheres é idêntico ao tempo dos homens e a forma como estas o usam é análogo, apenas se considera que são as condições institucionais onde cada um se desenvolve.

6. Individualização

Encontro, no entanto, uma possível explicação para esta resistência das próprias mulheres negarem a existência de uma *questão de género*, dando preferência aos factores de ordem emotivo-afectiva e de amor/desamor quando pretendem “explicar” as desigualdades notadas nos usos do tempo. Apesar de a classe e o género aparecerem como variáveis determinantes a ter em conta na formação das representações sobre os horizontes temporais, há que contar com o peso de um processo histórico particularmente revelado nas sociedades contemporâneas, designado *individualização* que atinge tanto homens como mulheres, embora seja particularmente interessante no caso destas últimas por cujas autobiografias não passa necessariamente a maternidade. Esse processo relaciona-se com o crescente *ganho* de responsabilidade e de autonomia por parte dos indivíduos cuja identidade se pretende seja autêntica e realizada no espaço político *independentemente* dos outros. Podemos dizer que o projecto da linearidade e do futuro desapegado de si, corresponde ao processo de *individualização* que se mostra de forma mais aguda a partir do século XIX marcado pelo menos por dois processos: a) como refere Michel Foucault (1996/1987), por uma forma de normalização e de disciplina sobre os comportamentos realizada, não mediante meios externos de controlo, mas através de processos de *interiorização* pelos quais os próprios indivíduos que se tornam *responsáveis* pelos seus destinos (Dubar, 2004:105-106); e b) por um desejo

crescente de o indivíduo encontrar a realização *autêntica* da sua identidade, alcançando um equilíbrio entre a dimensão da subjectividade e a resposta à pressão da normalização social, em particular em termos biográficos. A individualização produz-se, assim, no meio de duas forças contrárias: uma que impele ao desvanecimento do indivíduo face ao constrangimento exercido pela aceleração dos tempos institucionais políticos e económicos e outra que impele à centralidade do mesmo indivíduo, fornecendo-lhe meios de realização pessoal, entre os quais está a libertação do tempo de trabalho.

A individualização, analisada neste sentido enquanto capacidade de montagem de um estilo próprio de usar o tempo, acarreta olhares sobre as temporalidades biográficas, assim como “estratégias” de *coping* face às temporalidades institucionais focalizados, particularmente, na criação da possibilidade de obter *tempo próprio*¹⁵ cuja realização se desapega de compromissos com outros ou com coisas nomeadamente quando estes não encaixam na referida revelação da *autenticidade*. Perante uma situação em que os eixos de interpretação heideggeriana se fazem cruzar com de interpretação marxiana e historicista, a individualização transmite o desejo de os indivíduos olharem para os seus “destinos” como peças de um *puzzle* a compor em ziguezague sem um referencial nítido de linha ou de caminho. Anthony Giddens (66-68) fala em “autobiografia” em que o indivíduo toma “conta da sua vida”, enfrentando inclusive a necessidade “fazer um corte mais ou menos completo com o passado (...)”. Apesar de tudo, a individualização ligada à linearidade significa também o “medo do futuro”. O facto de a individualização libertar os indivíduos do “Outro”, fá-lo ser também mais exigente com esse “Outro”, ficando disposto a rupturas quando essa *autenticidade* e unidade entre objectivo e subjectivo, traduzida pela possibilidade de “ser-honesto consigo mesmo” (Giddens:1991:73) são ameaçadas, não sendo possível garantir uma relação autêntica.

Surtem pesquisas mostrando que a aceleração do tempo e a necessidade de ajuste das temporalidades pessoais às organizacionais não são um foco de instabilidade na articulação da vida privada/vida de trabalho apenas ao nível dos grupos menos privilegiados que possuem menos capacidade de se adaptarem aos regimes de tempo avaliados segundo o princípio da individualização. Tal como refere Branenn (2005:115-6), a inexistência de tempo e a tomada de consciência de que não se dispõe de tempo suficiente para responder às solicitações dos outros, caracterizam ocupações profissionais mais qualificadas nas

¹⁵ Há várias formas de entender o tempo próprio. Helga Nowotny (1996) considera-o como a reivindicação maior dos finais do século XX e inícios do século XXI. Considera esta autora que a obtenção ou o resguardo de uma quantidade de “tempo próprio” confere aos indivíduos a possibilidade de melhor viverem a vida reservando momentos para atenção a si e de contemplação do mundo. Momentos onde o tempo não é sujeito a um planeamento e ocupação prévia.

quais a flexibilidade e a polivalência, assumindo-se como práticas “sedutoras”, também podem ser concebidas como insidiosas (Branenn, 2005:114). A linha estruturalista continua a negar a abrangência deste fenómeno e as suas enormes implicações sobre as relações entre actores sociais e sobre o surgimento de situações de desigualdades sociais, validando os efeitos do constrangimento social sobre as práticas e sobre as representações e aspirações e acentuando a necessidade de *linearizar* e sustentar a ideia de um futuro “aí” mais ou menos ideal. Mas não é mais possível negar que desejamos que a nossa relação com o tempo seja subjectivamente capaz de revelar a oportunidade, a tomada de decisões nos tempos oportunos para o próprio individuo sem que este, objectivamente, transporte as aspirações rumo a um futuro outro pelo qual possa lutar ao ponto de hipotecar o presente, a ponto de este tempo ser para si um corredor. A pressão à individualização que, de todo o modo, só se realiza a partir da participação nas temporalidades sociais normalizadoras (tempo de trabalho) aumenta o potencial da *não-linearidade* como um modo de vida *chutado*. Um “vai-se andando” biograficamente não alicerçado na selecção e da causalidade, mas na aleatoriedade, multiplicidade e simultaneidade. O futuro está igualmente presente neste modo de vida e de representação, só que não como algo “aí” desapegado do presente e apenas atingível por via do adiamento do presente. Nem sequer é o próprio presente ou um “presente extenso”¹⁶ mas um processo contínuo que possui individualidade própria movendo a acção no presente mas não de forma linear (isso seria *protenção* ou *retenção*), mas como um complexo de relações.

7. Operacionalizações: um estudo exploratório

Tal como referi, o estudo do futuro desencadeia três dimensões centrais tendencialmente tidas em conta em qualquer pesquisa sobre o objecto tempo: as práticas, as representações e as figurações. Embora as três estejam intimamente relacionadas quando se aborda a problemática do futuro, as representações sobressaem na análise sociológica, uma vez consideradas associadas às práticas, moldando-as. Apesar de termos de resistir à ideia de um condicionamento determinista das representações sobre as práticas, desde logo porque estas se produzem mediante imprevistos vários, a informação sobre as representações continua a ser um manancial pertinente na perspectivação da acção,

¹⁶ O termo “presente extenso” é usado frequentemente na sociologia do tempo para designar o modo como a aceleração do presente provoca o esvaziamento desse tempo sendo que os indivíduos não vivem nem num futuro nem num presente mas numa espécie de tempo a meio dos dois, sem experimentarem, no concreto, a passagem do tempo.

dando igualmente, indicadores importantes para caracterizar comportamentos no presente.

Seguindo esta linha de argumentação, pretendi obter informação junto dos docentes universitários de duas universidades portuguesas que permitisse classificar o modo como estes concebem o futuro nas suas vidas. Em virtude da natureza dos procedimentos metodológicos adoptados, o futuro foi contemplado nas próprias perguntas realizadas¹⁷, tendo sido pedido aos docentes que dissessem qual era a principal preocupação que tinham relativamente ao seu futuro, assim como qual a palavra que melhor expressava o que sentiam sobre o mesmo horizonte. A estabilidade do emprego e a precariedade do contrato de trabalho constituem os aspectos de maior preocupação. Os docentes assinalam ainda como fontes de receio a saúde, a educação dos filhos e a articulação entre esferas profissionais e de trabalho.

Embora sem evidência estatística para as comprovar, é ainda necessário destacar algumas diferenças em termos de género, sobretudo no que respeita ao facto de serem as mulheres a enfatizar a preocupação e o receio relativos a aspectos ligados com projectos e acções de tipo mais familiar. Há também algumas diferenças quando comparamos as respostas segundo o grau dos inquiridos. Com efeito, a progressão na carreira e os aspectos relacionados com a vida privada e com o bem-estar físico são os que mais ressaltam por parte dos doutorados que, na sua maioria, são professores auxiliares. Os não doutorados enfatizam a instabilidade de emprego, a precariedade, a necessidade de cumprir prazos e o término da tese de doutoramento.

A informação mostra a representação do futuro intimamente associada à percepção sobre a *situação profissional*. Esta revela, por um lado, a importância da estabilidade financeira e, por outro, a percepção sobre desigual valorização das qualificações. O término do doutoramento sinaliza, neste caso, uma condição necessária ao ganho de estabilidade e, por isso, a situação perante o trabalho forma um ponto de convergência das representações cuja coerência é ainda assinalada nas respostas sobre a palavra que melhor caracteriza o sentimento dos indivíduos em relação ao futuro. A incerteza, o receio e a ansiedade caracterizam muito particularmente a situação dos não doutorados cuja posição

¹⁷ Trata-se de um inquérito por questionário realizado entre Junho e Setembro de 2003 em duas universidades portuguesas. O questionário foi enviado por correio a 1800 docentes. No total, foram recebidos 273 questionários provenientes das duas universidades. Duas pessoas não indicam a universidade a que pertencem. No total, recebi 187 questionários de docentes da Universidade de uma das universidades, que representam cerca de 15% dos questionários enviados. Da outra universidade, recebi 84, o que representa cerca de 10% do total enviado para esta universidade. Em relação aos docentes que em 2002 e 2003 estavam em dispensa, a taxa de respostas foi muito reduzida. Ao todo, estavam em dispensa de serviço neste ano 245 docentes. Destes apenas recebi a resposta de 56.

académica e profissional é representada como estando bastante dependente de imprevistos e de imponderáveis. A tendência inversa nota-se da parte dos doutorados de cuja resposta sobressaem as palavras esperança, expectativa e optimismo. Quando se considera a variável “género”, nota-se que a ansiedade e a incerteza marcam mais as respostas das mulheres. Os homens referem-se mais frequentemente à esperança e à expectativa. Não é possível afirmar-se que esta associação é significativa do ponto de vista estatístico mas algumas vias de interpretação podem ser avançadas. Além das diferenças de experiências temporais entre homens e mulheres, que figuram resultados de processos de socialização “sexuados”, os dados levam-nos a pensar de novo no valor atribuído pelos indivíduos à possibilidade de montar projectos com alguma segurança. Como referi ao centrar-me nas principais características das temporalidades das mulheres e homens, as primeiras tendem a desenvolver posturas mais orientadas no futuro sendo também estas que melhor se apercebem das fragilidades dos tempos sociais e organizacionais, mormente no que concerne à possibilidade de sincronizar os tempos pessoais com os organizacionais de forma minimamente consistente. Daí a incerteza tenda a ser mais frequentemente mencionada pelas docentes do que pelos homens cujas orientações temporais, social e culturalmente falando, são, por norma, menos sujeitos a acções de antecipação e de planeamento, muito particularmente até à idade dos quarenta anos.

7.1. A explicação da “fase”: o futuro por parte dos docentes em doutoramento

Os doutorandos, quando questionados em entrevistas sobre o processo de doutoramento, tendem a classificar este como uma “fase”. Esta classificação, ainda que vinque a primazia do “futuro” (algo externo) na vida dos doutorandos, sugere a sua incapacidade de acreditar realmente em projectos e de planejar a sua vida com antecedência, acabando esta por ficar situada no presente *extenso*. Por detrás desta tese está a ideia de que a perspectiva temporal dominante é modelada pelo contexto institucional e social que circunscrevem a experiência do tempo, isto é, as imagens do futuro (Polak, 1961) de um grupo e de uma sociedade. As narrativas dão conta do condicionamento das temporalidades mega-sociais sobre a vida dos indivíduos. Mesmo que esta influência não seja objecto de reflexividade por parte dos actores, a acção humana é afectada e constrangida (no presente e no futuro presente) pelos eventos que nem compõem directamente a sua vida diária nem são objecto da sua intervenção directa (Pomian, 1993; Koselleck, 2002).

No plano do tempo histórico, a investigação que conduzi junto dos doutorandos atravessa dois períodos significativamente distintos. O ano de 2000/2001, a altura em que iniciei este projecto, pode considerar-se ter sido um ano “seguro” do ponto de vista ontológico. A situação económica e social do país e do mundo estava menos mediatizada e era também menos vivida como instável e imprevisível do que agora em 2004. Na altura em que foram entrevistados pela primeira vez, os doutorandos estavam preocupados com a “segurança” de contrato. Nessa medida, a realização do doutoramento aparecia como o principal “projecto” destes doutorandos. O ano de 2002 marca um período em que se encetam medidas tendentes a alterar a estrutura da carreira docente, assim como o funcionamento universitário, em geral. Estávamos, no entanto, num contexto em que a carência de recursos económicos e a ruptura do Estado Providência é marcado em Portugal por um debate acentuado sobre a crise de financiamento da segurança social.

Nos dois anos seguintes, a instabilidade e a insegurança dominaram a “ambiência social” tanto no contexto nacional como internacional. Mais frequentemente do que nas primeiras, as entrevistas realizadas no segundo momento demonstram como os acontecimentos globais que fizeram perigar a segurança, permeavam as narrativas dos indivíduos. Independentemente da discussão sobre o grau de legitimidade de tais acções, os sucessivos ataques terroristas por todo o Mundo, e, de forma muito especial, a guerra no Iraque, afectaram, tanto as decisões dos indivíduos no dia-a-dia, como as suas perspectivas e representações do futuro.

Uma das dimensões fundamentais, por onde se apreendem as representações sobre o futuro e os ajustes realizados pelos doutorandos perante essas alterações, é o grau de segurança económica. Refiro-me, em particular, ao grau de estabilidade e à extensão da duração do contrato. Ora, os doutorandos que entrevistei continuavam preocupados, em 2003, com a manutenção do emprego (muito especialmente os que se vêm com menos recursos de idade e de qualificações para tentarem outra profissão). Expressam alguma pressão por parte dos departamentos e dos conselhos científicos a que pertencem no sentido de terminar a tese. O excerto seguinte tipifica não só a representação do doutoramento como um meio de aumentar os rendimentos, mas também como uma forma de “assegurar o contrato”.

“O meu objectivo é fazer a tese. Neste momento, é fazer a tese, o melhor que eu consiga, dentro destas condicionantes que tenho. Eh...para mim o importante não é o passar a professor auxiliar é conseguir acabar a tese para poder eh... assim assegurar o meu contrato, não é? No fundo é isso. E, claro, obviamente, que depois, passando para auxiliar, tenho outras consequências a

nível financeiro, pronto. Mas digamos, que o meu objectivo nunca foi a carreira” (Sandra, Ciências Sociais)

Sabour afirma, baseando-se em Weber, que os intelectuais são pessoas que não vivem apenas para a ciência mas também de ciência e às custas da ciência (Weber *apud* Sabour, 1998:106), daí a preocupação com o emprego ser central. A incerteza percebida é elevada e os projectos estão bastante confinados à realização do doutoramento, o “único projecto”. Ao mesmo tempo que o doutoramento se afigura como algo que potencia o reconhecimento no meio académico e é facilitador de acesso ao grau seguinte, surge como uma obrigatoriedade. E isso mostra alguma “alienação” na condução dos trabalhos da tese. As experiências que se orientam para o realce da insegurança no emprego cruzam as ideias de sacrifício e de solidão e são orientadas pela representação da tese como um trabalho exterior a si, uma “coisa” que está separada das motivações e dos desejos espelhando, por um lado, a impossibilidade de o doutorando se desligar do “que tem para fazer” e, por outro, a percepção de que o seu próprio trabalho não lhe pertence objectivamente, destina-se apenas a ser *medido e avaliado*. Um dos casos que retrata o desencanto com a representação do doutoramento como momento de prova de originalidade e de criatividade refere-se à história de Florinda.

E- O que é que o doutoramento significa para si?

e- Tristemente , neste momento, significa simplesmente o grau.

E- Sim?

e- Simplesmente o grau. () E eu sei que eu não tenho hipótese nenhuma de as abarcar todas sozinha e sinto falta disso no trabalho. E... e, portanto, vou fazer o doutoramento na linha que estava prevista o mais rapidamente possível para tentar... pronto não sei se... é tudo muito limitado... mas para continuar depois. (Florinda, Ciências da Natureza e do Ambiente)

Na altura em que falei com esta doutoranda, em Abril de 2003, estava no 2º ano de dispensa. Ao contrário da maior parte dos restantes entrevistados que falam de uma identificação elevada com o tema de doutoramento, “Florinda” diz estar “deslocada” da área científica. Refere-se, com frequência, ao desajustamento entre a sua formação de base e as áreas em que se encontra a dar aulas. Revelando uma atitude quase permanentemente avaliadora e depreciativa relativamente à forma como a investigação é conduzida na universidade, “Florinda” conclui que neste momento o doutoramento é simplesmente o grau. O tempo está implicitamente balizado (e avalizado) por um passado (o tempo em que aspirava e esperava realizar um grande projecto de investigação, mar-

cado pela inovação e pelo aprofundamento de conhecimentos), por um presente muito bem definido (neste momento em que se confronta com a necessidade de reduzir os horizontes do projecto e com o isolamento) e de um futuro (para continuar depois o que é avaliado como impossível agora). Logo, a natureza desta “fase” é a sua “aceleração”, a necessidade de que passe “o mais rapidamente possível”. Ela é despida do seu sabor “apoteótico” e defrontada de forma quase trágica e resignada: é *“tristemente” o grau que é, não só a garantia de segurança mas também uma espécie de último reduto de confiança: a de que, depois, “poderá continuar”*.

A primazia que o término do doutoramento adquire na vida dos doutorandos e que problematizei anteriormente sob o ângulo fenomenológico, constitui uma acção estratégica de ajuste à incerteza que atravessa as temporalidades organizacionais, revelando uma certa margem percebida para a realização de escolhas mais adaptadas aos seus interesses e intentos. Contudo, os contextos de incerteza global com os quais se confrontam os indivíduos das sociedades de hoje, nem sempre deixam espaço para o exercício dessas opções e para a afirmação das vontades e das capacidades. A contracção dos tempos e a sua conversão em valor monetário reforçam, por vezes, o peso das estruturas e dos “destinos” sobre as opções dos indivíduos.

A “fase”, adquirindo o sentido de “urgência” do tempo, sinaliza a natureza precível dos ciclos produtivos do conhecimento e da universidade sujeita a tempos cada vez mais curtos. Por essa via, o tempo de carreira e o tempo pessoal são modelados e dirigidos através da imposição de limites cada vez mais constrictos. Estou-me a referir, sobretudo, a capacidade de intervenção dos quadros temporais organizacionais nas vidas dos indivíduos em três momentos principais: na determinação do começo do doutoramento, na definição e no controlo temporal do processo e na determinação do prazo final.

Assim, ao observarmos esse leque de estratégias desenvolvido pelos doutorandos no sentido de gerir o tempo (biográfico e quotidiano) devemos dar-nos conta do ónus de variáveis, tais como a natureza das políticas temporais organizacionais e o género. Contando com esses constrangimentos, importa observar que a classificação da “fase” sugere fundamentalmente uma experiência temporal de tipo descontínuo, isto é, em ruptura com o passado. Sem entrar nas graves implicações ontológicas desta tese, pretendo apenas afirmar que esta ideia caracteriza fundamentalmente as populações mais jovens, cuja relação com a geração anterior e os seus artefactos é ténue a ponto de, nessa experiência de permanente contingência, se ser quase incapaz de determinar um sentido de duração e de continuidade, quer em relação aos passados dos outros (e das instituições), quer em relação à sua própria história. Por essa razão, há quem classifique a temporalidade dos mais jovens nas sociedades

ocidentais como “míope”. Argumenta-se que estes preferem viver a vida sem grandes responsabilidades adultas ou grandes projectos de transformação social. Considera-se que essa postura equivale a negar a duração, ou seja, a capacidade de dar unidade, através da reflexividade permanente, aos sentidos e às acções que caracterizam os espaços onde se desenvolve a experiência humana (Rampazi, 1993:2).

A experiência da “fase” como “presente extenso” não será apenas uma tradução da experiência subjectiva típica do tempo, da experiência temporal da sociedade “de modernidade tardia”, nem da experiência tipicamente heterotópica inerente ao tempo de doutoramento. No contexto das sociedades globalizadas, a “fase” traduz também a vivência dos mais jovens que olham o tempo de doutoramento como algo contingente, o que se evidencia nas frases seguintes: “a vida é para se ir vivendo”, “o que será, será”. Estes, estão muito centrados no tempo profissional e entendem o doutoramento como “uma rampa de lançamento” que possibilita o ingresso na actividade da investigação. Sem que se note verdadeiramente a existência de esperas nas esferas profissional e pessoal, as suas vidas pessoais não são marcadas por reais projectos mas por opções em relação às quais se aguarda para “ver no que dá”.

Posto isto é necessário, em primeiro lugar, precisar que nenhuma narrativa (nenhuma vida) revela a ausência total do sentido de duração, seja em relação ao passado da família e das organizações, seja em relação à sua história pessoal. Há sempre uma linha de coerência que relaciona os diversos eventos e que mostra a existência de uma responsabilidade pessoal sobre o encadeamento dos vários eventos. Em segundo lugar, é fulcral perceber que a contingência (manifesta nas incertezas organizacionais e também nas ambiguidades e riscos da sua vida pessoal e íntima) força todos os doutorandos a uma gestão mais orientada para o imprevisto. Em terceiro, é preciso considerar que pensar a experiência permanente do risco e da projecção da vida no presente extenso, não invalidando por completo, a existência e o efeito do futuro, implica forçosamente que se tenham em conta os efeitos de género suscitados muito particularmente pela experiência (real ou potencial) da maternidade. Nesta linha, os dados sugerem que as doutorandas mais jovens (entre os 27 e os 30 anos) possuem um sentido de duração e de continuidade temporal mais espesso do que o revelado pelos doutorandos homens situados na mesma faixa etária.

Notas finais

As transformações históricas verificadas nas últimas décadas e a crescente fluidez dos processos de mobilidade social imprimem a necessidade de se relativizar aquelas conclusões, impondo duas prerrogativas não dicotômicas. Há uma tendência para as sociedades assentarem as bases de acção no presente, reforçando-se a necessidade de estas acreditarem num futuro, embora este possa não surgir de um tipo de postura e de representação estritamente causal, como entende Barabara Adam. É o próprio Niklas Luhmann que já em 1976 (data da primeira publicação do artigo “*The futur cannot begin*”), argumentava que a relação do presente para com o futuro tem de ser suficiente e activa de modo a serem precavidas as situações que podem pôr em risco a sobrevivência dos sistemas. Isto implica, assim, uma acentuação da capacidade de acção dos próprios actores sociais. Como refere Lucas (1986:126), não adianta chorar sobre o leite derramado mas podemos sempre pensar em fazer algo em relação ao futuro. Ao longo da conferência sustentou-se a ideia de que o futuro das sociedades está a ser feito hoje, tendo um efeito de ricochete sobre o próprio presente, imprimindo-lhe uma tonalidade incerta e rápida. Tal verifica-se não só nas áreas da ciência e da tecnologia, como nas restantes esferas da nossa vida, desde a educação até à religião. E isso significa que o futuro não é um objecto concreto manipulável que exista além do presente, diferenciado do hoje, mas um processo realizado a cada segundo que passa sendo, por isso mesmo, que temos sobre ele responsabilidades várias, desde logo porque, mesmo nas diversas transformações que estão em curso, não se é ainda capaz de afirmar até que ponto são necessárias, seguras e benéficas em termos de qualidade de vida na Terra.

Vimos nesta conferência que o futuro, cruzando os mundos sociais e naturais, não pode ser simplesmente *inventado*, está a ser feito continuamente através de uma rede de relações definidas entre vários actores e não pode ser encarado nem como uma mera realização de um governo em particular, nem sequer de um programa nacional específico. O futuro não é mais previsível, alinhavado e programado com base nos acontecimentos do passado. Por isso, a política precisa de destreza suficiente para perceber que os acontecimentos não se sucedem mais de forma linear e causal no sentido tradicional, enroscam-se em efeitos não previstos e num emaranhado de intenções localizadas fora do âmbito de alcance imediato da acção política concreta.

Questionando, de algum modo, a própria impossibilidade de a Democracia responder a esta multicausalidade, os conferencistas argumentaram que a novidade e a emergência caracterizadoras dos sistemas sociais são de tal modo intensas que facilmente se perdem os rastros sobre os resultados da nossa acção

no presente, podendo aqueles desviar-se substancialmente nas nossas intenções e produzir consequências complementemente inesperadas. Não estaremos, assim, a falar de *imagens* que temos agora do futuro, nem sequer de intenções que transportamos para o futuro ou do poder de *salvação* de uns sobre os outros, mas da forma como o futuro é algo de mais real que nos modela no presente, sendo preciso encarar a necessidade de pensar, investigar e agir de forma responsável sobre uma sociedade que, não obstante ser por nós desconhecida, sabemos que está a ser feita. Numa conferência muito voltada para os alunos do curso de Sociologia da Universidade do Minho, a mensagem final reforçou a importância que têm as Ciências Sociais e a Sociologia, muito em particular, na procura de medidas de intervenção social e política.

Bibliografia

- Adam, B. (1989) "Feminist theory needs time: Reflections on the relation between feminist thought, social theory and time as an important parameter in social analysis", *The Sociological Review* 37:458-73
- Bergmann, W. (1992) "The problem of time in sociology: an overview of the literature on state", *Time & Society* 1: 81 -134.
- Bourdieu, P.(1963) "La société traditionnelle – Attitude à l'égard dut temps et conduite économique", *Sociologie du travail*, 1 :24-44
- Bourdieu, P. (1984) *Le sens pratique*. Paris : Les Editions de Minuit
- Bourdieu, P. e Passeron, J.C. (1999) *La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris : Les Editions de Minuit.
- Brannen, J. (2005) " Time and the negotiation of work-family boundaries - autonomy or illusion ? " *Time & Society*, 14(1):113-131
- Brose, A. (2004) "An Introduction towards a Culture of Non-Simultaneity?", *Time Society*,13: 5 - 26.
- Chesneux, J. (1996)*Habiter le temps : passé, présent, futur : esquisse d'un dialogue politique* .Paris : Bayard
- Coser , L. e Coser, R. (1963/1990) "Time perspective and social structure", J. Hassard *Sociology of Time*: Macmillan Press:191-218.
- Dubar, C. (2004) "Régimes de temporalités et mutation des temps sociaux ", *Temporalités*, n°1 :100-119
- Elchardus, M. e Glorieux, I. (1994) "The search for the invisible 8 hours – the gendered use of time in a society with a high labour force participation of women", *Time & Society*, 38(1): 5-27
- Filipcva, B. e Filipec, J. (1986) "La societé et les concepts du temps", *Review Internationale des Sciences Sociales* 107
- Flaherty, M. G. e FINE, G. A. (2001) "Present, past, and future: conjugating George Herbert Mead's perspective on time", *Time & Society* 10 (2/3): 147-161.
- Foucault, M.(1996/1987) *Vigiar e Punir*. 13ª Ed. Petópolis: Vozes
- Fraisse, P. (1964) *Psychologie du temps*. Paris : Presses Universitaires de France.
- Giddens, A. (1991) *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Celta.
- Glucksman, M. (1998) "What a difference a day makes: a theoretical and historical exploration of temporality and gender", *Sociology* 32: 239-258
- Gouldner, A. (1980) *El futuro de los intelectuales y la nueva classe*. Madrid: Alianza editorial
- Gurvitch, G. (1963) "Social Structure and the multiplicity of times", in E.A. Tiryakian (ed.). *Sociological Theory, Values and Sociocultural Change*. Londres: The Free press of Glencoe: 171-85
- Gurvitch, G. (1989/1964) *The spectrum of social time*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company
- Hallwachs, M. (1997/1959) *La memoire collective*. Paris: Albin Michell.

- Hassard, J. (1989) "Un paradigme qualitative du temps de travail", *Revue Internationale des sciences sociales* 119 : 97-110.
- Husserl, E. (1986) *A ideia da fenomenologia*. Lisboa : Edições 70
- Koselleck, R. (2002) *The practice of conceptual history: timing history, spacing concepts*. Stanford: Stanford University Press
- Kristeva, J. (1981) "Women's time", *Signs*, 2(1) :12-35
- Lasch, S. (1998) "Being after time: towards a politics of melancholy", in S. Lasch, A. Quick e R.Roberts, *Time and value*. Londres: Blackwell: 147-160.
- Le Goff, J. (1980) *Time, work and culture in the Middle Ages*. Chicago: Chicago UP.
- Le Shan, L. L. (1952) "Time Orientation and Social Class", *Journal of Abnormal and Social Psychology* 47:589-92.
- Leccardi, C. e Rampanzi, M. (1993) "Past and Future in Young Women's Experience of Time". *Time & Society* 2: 353-80
- Lewis, O. (1970) *Filhos de Sánchez*. Lisboa: Moraes Editora
- Loewy, M. (1979) *Marxisme et romantisme revolutionnaire-essais sur Lukács et Rosa Luxemburg*. Paris :Le Sycomore
- Lucas, J.R. (1986) "The open future", in R. Flood e M. Lockwood, *The nature of time*. New York: Basil Blackwell: 125-134
- Luhmann, N. (1976) "The Future cannot Begin", *Social Research*. 43: 130-152.
- Luhmann, N. (1982a) "The Future cannot Begin", in *The differentiation of society*: Columbia University Press: 271-288
- Lukács, G. (1923/1974) *História e consciência de classe : estudos de dialéctica marxista*. Porto:Publicações Escorpião
- Maffesoli, M. (1998) "Presentism – or the value or the cycle", in S. Lasch, A. Quick e R.Roberts, *Time and value*. Londres: Blackwell: 103 – 111
- Marx, K. e Engels, F. (1976) *Utopisme et communauté de l'avenir*. Paris : François Maspero
- Mead, G. H. (1959/1932) *The Philosophy of the Present* (1932). La Salle: Open Court.
- Mercure, D. (1995) *Les temporalités sociales*. Paris: L'Harmattan Mirchandani
- Mercure, D. (1996) "Perspectives d'avenir", *Temporalistes* 33: 10-11.
- Nowotny, H. (1988) "From future to the extended present", in G. Kirsch, P. Nijkamp e K. Zimmermann (eds.) *The Formulation of Time Preferences in a multidisciplinary Perspective*. Avebury:17-32
- Nowotny, H. (1992) "Time and Social Theory: Towards a Social Theory of Time", *Time & Society* 1: 421-54
- Nowotny, H. (1996) *Time the modern and postmodern experience*. Cambridge: Polity Press.
- Donati, P. e Samuel, O. (2001) "Les temps de la procréation féminine", *Temporalistes*, n°43
(<http://www.sociologics.org/temporalistes/indarch.php?page2=numero43>)
- Polack, F. (1973) *The images of future*. Nova Iorque: Elsevier.
- Pomian, K. (1990/1984) *L'ordre du temps*. Paris : Gallimard
- Pomian, K. (1993) "Tempo/temporalidade", in G. Fernandes (ed.) *Enciclopédia Einau-di*. Vol.29. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- Rezsö, R. (1970) *Temps social and développement*. Brussels: La renaissance du livre.
- Sabour, M. (2001) *The ontology and status of intellectuals in Arab academia and society*. Aldershot: Atheneum press.
- Sandbothe, M. (2000) "The temporalization of time modern philosophy", in P. Baert (ed.) *Time in Contemporary Intellectual Thought*. Cambridge: Elsevier. 2º: 17-36.
- Santos, B.S. (1998) "Time, baroque codes and canonization", in S. Lasch, A.Quick e R Roberts (ed.) *Time and value*. Londres: Blackwell: 245-262
- Schutz, A (1962) *Collected papers: the problem of social reality*. The Hague
- Schwartz, B. (1979) "Waiting, Exchange and Power: The Distribution of Time in Social Systems", *American Journal of Sociology*, 79: 841-70.
- Simmel, G. (1987) "Metrópole e a vida mental", in O. Velho (ed.) *O fenómeno urbano*, 4ª Ed . Rio de Janeiro: Guanabara.
- Simmel, G. (1987) *Philosophie de l'argent*. Paris : Presses Universitaires de France.

